

O Modelo Rural Europeu

<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/contents.htm>

[LEADER Magazine nº25 - Inverno 2000/2001]

Índice

● Em poucas palavras...

Franz Fischler, Membro da Comissão Europeia,
responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural

● A Europa rural na viragem do terceiro milénio

A palavra-chave: "diversidade"

Nos anos 90, as zonas rurais reservaram aos europeus e aos seus dirigentes políticos uma "boa surpresa", afirmando-se por vezes como espaços dinâmicos e inovadores, atraentes para cidadãos e empresas. Viagem através da Europa rural de hoje.

● Defender o modelo rural e agrícola europeu na OMC

Para que as potencialidades do mundo rural sejam plenamente exploradas, tendo em conta a importância socioeconómica e também histórico-cultural da agricultura no mundo rural europeu, é essencial manter o carácter multifuncional da agricultura europeia.

● **Desenvolvimento rural, modelo europeu e Iniciativa LEADER: 4 olhares exteriores**

Como se encontra o desenvolvimento rural fora da União Europeia? Como os outros vêem o "Modelo Rural Europeu"? O programa LEADER pode ser exportado? O que a Europa pode aprender à partir das experiências de outros países industrializados no mundo? O LEADER Magazine faz essas perguntas à um americano, um canadense, um japonês e um estoniano.

- Estados Unidos: o desenvolvimento rural hoje e no futuro
- Quebeque (Canadá): "americanizar" o modelo europeu de desenvolvimento rural
- Estónia: oito anos do movimento das aldeias KODUKANT
- Agricultura e Desenvolvimento Rural no Japão

● **O Tigre Duhallow**

No contexto do elevado crescimento que a Irlanda atravessa, os habitantes e as empresas do Duhallow lançam projectos económicos, sociais, culturais e ambientais fortes e inovadores.

- **Formação, inserção e serviço de proximidade:** O Centro de Formação Alimentar de Duhallow

● **O LEADER em Livradois-Forez (Auvergne, França):** Um "mais" para o Parque

Os "Parques Naturais Regionais" franceses funcionam segundo princípios idênticos em muitos pontos aos do LEADER. A prova é dada pelo Parque Livradois-Forez em Auvergne.

- **Montaña de Navarra (Espanha) e Livradois-Forez (França):** Uma cooperação de longa data no plano metodológico

● **Estação de Serviço**

Criada com o LEADER I, a associação CEDERNA-GARALUR centra a sua intervenção na criação de actividades e empregos no domínio dos serviços às empresas, ao turismo e à produção artesanal.

● **Geminar cidade e campo**

Como o seu nome indica, o grupo LEADER Stad och Land - Hand i Hand ("Cidade e campo de mãos dadas") baseia a sua intervenção nas sinergias cidade-campo.

● **Em poucas palavras...**

*Franz Fischler,
Membro da Comissão Europeia,
responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural*

Dedicado ao modelo rural europeu, este 25.º número do LEADER-Magazine é a demonstração viva das vocações plurais dos territórios rurais europeus. Entendo por "territórios rurais europeus" não só uma multiplicidade de espaços naturais, mas também um local de actividades e funções diversas.

Refiro-me a espaços económicos e sociais onde a agricultura, a floresta, o artesanato, as empresas de qualquer dimensão produzem e vendem, e se fornecem serviços desde a escala mais local até à escala internacional.

Tradicionalmente dedicados à agricultura, os territórios rurais europeus iniciaram há várias décadas uma evolução que está longe de ser uniforme na Europa. Em alguns territórios, observa-se um fenómeno de envelhecimento da população e uma fuga das qualificações, enquanto outros territórios se incluem entre as regiões mais dinâmicas da Europa no que respeita ao crescimento económico e à criação de emprego.

É simplista considerar que as mudanças que afectaram as zonas rurais estão exclusivamente ligadas às consequências da Política Agrícola Comum (PAC) e não devemos negligenciar as mudanças ocorridas nas tecnologias, estilos de vida, expectativas dos consumidores ou ainda nos modos de comunicação. Isto é particularmente verdadeiro quando se observa que tendências semelhantes ocorrem em países com políticas agrícolas diferentes da nossa.

Conscientes de que a política agrícola não pode por si só resolver problemas tão amplos como o emprego, o crescimento económico ou a preservação do ambiente, devemos atacar estes problemas mais directamente, através de políticas de desenvolvimento rural feitas "por medida", próprias para acompanhar as mudanças que se operam em zonas rurais.

Com este fim, desde os anos 70, está em curso uma política de desenvolvimento rural comunitária, cujo impacto, que não parou de crescer, faz dela o segundo pilar da PAC.

Neste contexto, a Iniciativa LEADER, desde 1991, está ao serviço das zonas rurais da União Europeia propondo um método de desenvolvimento que associa os actores locais na construção do futuro dos seus territórios. Sem querer entrar numa avaliação do dispositivo, é legítimo constatar que a abordagem LEADER ganhou adeptos para além do círculo dos seus beneficiários e inspirou por vezes as políticas nacionais ou regionais, devido ao forte impulso gerado por novas parcerias e novas operações.

Para além da esfera dos países da União, a abordagem LEADER interessa a outros movimentos envolvidos no desenvolvimento rural, como o testemunham nesta revista os artigos sobre a América do Norte e o Japão. Dado que a troca de experiências se encontra no coração do LEADER, parece-me que, reciprocamente, os territórios rurais da União devem também retirar ensinamentos do que se pratica noutras regiões, o que será mais fácil de fazer na nova fase 2000-2006, por via da rede europeia.

Ainda que o movimento LEADER já tenha dado provas nos territórios por onde se espalhou o seu método e tendo inspirado outras políticas, estou convencido de que o laboratório do desenvolvimento local em meio rural deve ainda continuar e dar lugar a iniciativas deveras convincentes com o LEADER+.

● A Europa rural na viragem do terceiro milénio

A palavra-chave: "diversidade"

por [Marjorie JOUEN](#)

O desenvolvimento rural prolonga um diálogo ancestral entre os homens - ou as mulheres - e a natureza. Reflete a maneira como os constrangimentos naturais foram ultrapassados ou as riquezas exploradas. Nos anos 90, as zonas rurais reservaram aos europeus e aos seus dirigentes políticos uma "boa surpresa", afirmando-se por vezes como espaços dinâmicos e inovadores, atraentes para cidadãos e empresas. Viagem através da Europa rural de hoje [\[1\]](#).

Ao percorrer o meio rural europeu, depressa se retira a impressão de uma Europa vista através de um caleidoscópio. A diversidade dos relevos, climas, paisagens e densidades populacionais corresponde à variedade das actividades económicas, produções agrícolas, problemas e oportunidades.

Uma análise mais detalhada sugere-nos também a existência de correspondências, à falta de semelhanças, entre zonas rurais muito afastadas geográfica e culturalmente. Tenta-se então fazer comparações e descobrem-se, inesperadamente, certos traços comuns entre a Irlanda do Norte e algumas regiões francesas ou entre o Land alemão da Renânia-Palatinado, por um lado, e a Navarra espanhola, por outro.

O desenvolvimento rural não deve, com efeito, nada ao acaso: prolonga um diálogo ancestral entre os homens - ou as mulheres - e a natureza. Reflete a maneira como os constrangimentos naturais foram ultrapassados ou como as riquezas foram exploradas. Testemunha por vezes a existência de um impulso político corrector ou emancipador, que permitiu aos residentes libertarem-se dos dados existentes à partida.

Esta longa história conduziu hoje às múltiplas formas adoptadas pela política de desenvolvimento rural, instrumento ora de modernização, ora de reparação ou ainda de protecção. Assim, a análise da Europa rural de hoje constitui um testemunho contemporâneo das nossas preocupações e das nossas ambições, na passagem do século. Se tivesse sido iniciado há vinte anos atrás, quando a indústria - mesmo qualificada de "ligeira e de ponta" - e as infra-estruturas pesadas ainda eram consideradas como uma passagem obrigatória para o desenvolvimento territorial, um exercício deste tipo teria dado resultados bem diferentes. Nos anos 90, as zonas rurais reservaram aos europeus e aos seus dirigentes políticos uma "boa surpresa", afirmando-se por vezes como espaços dinâmicos e inovadores, atraentes para os cidadãos e as empresas. A inversão do fluxo demográfico recentemente registada em algumas regiões rurais altera radicalmente os dados da questão. De repente, o olhar que se lança sobre os campos já não é condescendente, mas sim interrogativo. O que era visto ainda recentemente como um

atraso é agora considerado como uma oportunidade. Em suma, a análise dos trunfos e dos constrangimentos das zonas rurais foi completamente transformada e continua a mudar. Estas evoluções ligadas às políticas de desenvolvimento rural, assim como os progressos realizados desde o lançamento do programa de Iniciativa Comunitária LEADER em 1991, incentivam-nos a olhar para uma outra faceta da Europa rural e a avaliá-la, desta vez, do ponto de vista da inovação.

O peso da geografia e da economia

A Europa é, antes de mais, um continente densamente povoado situado numa zona temperada. Inclui uma parte setentrional, formada por vastas planícies e velhos maciços sujeitos a erosão (caledónios e hercinianos) por vezes rejuvenescidos (Escandinávia), uma parte meridional ocupada por cadeias da era terciária (nomeadamente, Alpes, Pirinéus, Pindo grego e Cárpatos) que encerram algumas planícies costeiras de pequena dimensão.

Mas, com a excepção da Holanda e do Luxemburgo - associada no essencial à dimensão - cada país se encontra, na melhor das hipóteses, face a uma oposição binária territorial ou, na pior, a uma variação extrema das situações regionais. Assim sucede na Escandinávia, com a dicotomia entre um norte despovoado sob um clima ártico e um sul mais hospitaleiro, dotado de solos bastante ricos na Suécia e na Finlândia. Na Alemanha, sem contar com as sequelas do regime comunista, as vastas explorações da planície no nordeste distinguem-se fortemente dos modos de cultura e das estruturas de propriedade do sudoeste, adaptadas a um relevo mais acidentado. Em países montanhosos, como a Espanha ou a Itália, o mosaico parece reproduzir-se ao infinito, até aos confins dos vales.

Entre as duas dificuldades naturais mais gravosas, a altitude representa um constrangimento omnipresente na Áustria, Grécia, Espanha e Itália. O clima revela-se também como um obstáculo determinante, quer se trate da seca no sul de Espanha, Itália e Grécia, das fracas precipitações em algumas regiões centrais da Alemanha, como Brandeburgo, ou do frio ligado à latitude, na Finlândia e Suécia.

As difíceis condições de vida e de exploração são por vezes agravadas pelo isolamento devido a dificuldades de comunicação, nas ilhas da Dinamarca ou Grécia, à distância, na Finlândia e Suécia, ou ao relevo, em Espanha, Escócia ou Grécia. Obviamente que Martinica, Guadalupe, Reunião, Guiana, Madeira, Açores e Canárias, devido ao seu estatuto de regiões ultra-periféricas, figuram aqui como casos extremos.

O solo e o subsolo imprimem também as suas marcas no desenvolvimento económico. Uma terra pobre e uma agricultura pouco produtiva induzem muitas vezes a práticas de pecuária extensivas e/ou à predominância da silvicultura sobre a agricultura. É a sorte de países inteiros, como Irlanda, Grécia, Finlândia ou de grandes regiões do Reino Unido, Espanha, Portugal e Itália.

A riqueza do subsolo em minério ou em carvão definiu os berços da primeira revolução industrial e, desta forma, reintroduziu a antiga competição entre a agricultura e a indústria, provocando um êxodo rural precoce e importantes pressões fundiárias. A agricultura teve que adaptar-se e deve agora contar com a poluição industrial. As consequências são ainda sensíveis no centro de Inglaterra, País de Gales mineiro, Saxónia, Baixa-Saxónia e Saarland, no Nord-Pas-de-Calais, e em certas partes da Valónia.

Os obstáculos que as regiões rurais devem hoje ultrapassar não são apenas naturais, longe disso. Resultam da intervenção humana e do modo de desenvolvimento escolhido desde a Segunda Guerra Mundial. É o caso da poluição por pesticidas e outros produtos químicos, em regiões de agricultura intensiva, como Bretanha, Flandres e Holanda, ou ainda de práticas excessivas de irrigação na Andaluzia, Múrcia, Alentejo, Algarve e Aquitânia.

Inversamente, muitas regiões são dotadas de uma qualidade paisagística ou natural notável, que podem valorizar numa estratégia de desenvolvimento turístico e de oferta recreativa: por exemplo, Ródano-Alpes e Midi-Pyrénées em França, Baviera na Alemanha. Abruzzo e Friule-Veneto-Juliana em Itália, Tirol na Áustria, Escócia, Irlanda, algumas partes da Grécia, as regiões árticas da Finlândia e Suécia, etc. Algumas delas podem ainda apoiar-se numa identidade cultural e em tradições ainda muito vivas.

A política de desenvolvimento rural, reflexo de um contexto histórico e social

A política de desenvolvimento rural aparece claramente como uma tentativa de responder aos problemas do momento e do local.

A este respeito, uma diferença marcante reside na situação histórica em que se encontram os territórios rurais. Com efeito, sabe-se agora que a imagem do mundo rural - em declínio lento desde a Segunda Guerra Mundial - deve ser fortemente ponderada. Mas ainda se esquece frequentemente que esta visão é completamente falsa para metade dos Estados-Membros, onde os campos enfrentaram transformações profundas e brutais desde há 20 anos ou menos.

Assim, pode-se geralmente distinguir um primeiro grupo de países onde as mudanças importantes datam do início do século ou dos anos 50. A situação económica, demográfica e social das zonas rurais está estabilizada, seja em declínio lento (França, Dinamarca, Itália), seja em ligeira melhoria (Suécia e sul de Inglaterra). Em conjunto, a noção de inovação, a abordagem em parceria e o desenvolvimento do potencial endógeno local suscitam um entusiasmo moderado. As políticas de desenvolvimento rural, nacionais ou regionais, privilegiam a diversificação de todas as actividades económicas, e não só agrícolas. As políticas de formação profissional, conduzidas ao longo dos tempos, na Dinamarca, Alemanha ou Suécia, ou desde algumas décadas em França, já produziram resultados económicos espectaculares. A situação das populações não agrícolas é objecto de uma atenção prioritária: as suas condições de vida, os seus

empregos e a valorização de pólos com vocação turística. Programas importantes para a criação de novas empresas rurais e a organização de serviços sociais de qualidade foram assim lançados em Hesse (Alemanha) e Dinamarca.

No segundo grupo de países, o mundo rural é ou foi recentemente confrontado com crises, êxodo para as cidades, aumento brutal do desemprego ou reestruturação acelerada das produções e das explorações. Assim, a população activa agrícola portuguesa diminuiu de 48% em 1950 para 10% em 1990. Nos cinco novos Länder alemães, o número de activos agrícolas passou de 850 000 para 155 000 entre 1989 e 1994. Na Finlândia, a população das zonas rurais perdeu 200 000 habitantes durante os anos 80 e, entre 1993 e 1996, o desemprego atingiu os 50% em algumas aldeias da Lapónia. Nestes países, como também na Irlanda, Espanha e Grécia, a melhoria das competências dos agricultores, o acompanhamento das reestruturações e a modernização das técnicas de produção constituem eixos fortes do desenvolvimento rural, aos quais se juntaram vários esforços para tornar certas regiões menos isoladas. A população em situação de instabilidade parece agora mais aberta à novidade e pronta a aceitar modelos de desenvolvimento menos tradicionais, o que explica o sucesso das medidas orientadas para a exploração do potencial endógeno local e para as parcerias.

Apesar do seu carácter atractivo e da sua simplicidade aparente, a classificação baseada na densidade populacional e na dinâmica económica que permite definir três tipos de zonas rurais - periurbanas, dinâmicas e produtivas, em declínio e isoladas - raramente coincide com as estratégias regionais em curso. Salvo para algumas regiões muito características, como as regiões árticas ou as províncias belgas, esta grelha de leitura raramente permite identificar a totalidade dos problemas e das oportunidades. Por exemplo, uma taxa elevada de população vivendo em zona rural é sinónimo de dinamismo económico na Toscana ou Úmbria, enquanto em Portugal ou na Grécia implica um grave problema de reconversão a resolver. Contudo, este número é um bom indicador da importância atribuída ao desenvolvimento rural pelos actores políticos, económicos e sociais. Enquanto na União varia entre 15 e 50%, ultrapassa 40% na Irlanda, Luxemburgo, Itália, Finlândia e Áustria.

Se nos interessarmos pelas políticas rurais *stricto sensu*, constataremos grandes diferenças de um país para outro, e de uma região para outra, nos países muito descentralizados. Em certos Estados-Membros, trata-se de uma preocupação e de uma competência antiga. Em França, os primeiros "Planos de Ordenamento Rural" foram adoptados nos anos 70; tendo sido completados por inúmeras medidas visando a agricultura ou o ordenamento do território, o que conduziu nomeadamente a procedimentos contratuais de protecção-valorização, tais como os Parques Naturais Regionais ou os "Contratos de Território".

Na Holanda e Suécia, a atenção dada às zonas rurais é igualmente muito antiga e as primeiras políticas remontam a esta mesma época. Na Áustria, o "Programa de desenvolvimento das zonas de montanha" data de 1979 e inaugura a prática do desenvolvimento integrado. Em Itália, a reforma dos Fundos Estruturais no fim dos anos 80, que instaurou os "Programas Integrados Mediterrânicos", coincidiu com a definição nacional de uma política global e integrada. Pelo contrário, em Espanha, Portugal ou Irlanda, foi apenas o Programa LEADER I que desempenhou o papel de motor.

Desde há cinco anos que ocorrem mudanças organizacionais em quase todos os Estados-Membros da União Europeia. Correspondem à vontade de concretizar acções mais integradas, muitas vezes sob a orientação de um organismo coordenador, e mais dependentes de parcerias, levando o sector privado ou as populações locais a participarem. Dispositivos interessantes funcionam, nomeadamente, em Castela-La Mancha, Groningen, Irlanda do Norte e República da Irlanda.

Contudo, embora se note uma tendência crescente para a aproximação entre os beneficiários e os organismos responsáveis, com a finalidade de melhor adaptar as medidas às necessidades locais, a gestão das políticas rurais continua fiel à organização geral dos Estados.

Em países amplamente descentralizados, o nível regional dispõe muitas vezes de uma grande autonomia para a orientação estratégica e a concretização. Na Alemanha, cada Land decide, o que explica as importantes diferenças de uma região para outra, como por exemplo entre Hesse e a Baixa-Saxónia, onde nem os temas do desenvolvimento rural, nem os modos operatórios se assemelham. A liberdade concedida pelo governo central às regiões belgas e às comunidades autónomas espanholas é menor, pois devem conformar-se com as orientações gerais definidas a nível nacional.

Nos países mais centralizados, os ministérios nacionais continuam a ser os principais coordenadores, como em França, Grécia ou Portugal. Contudo, as situações intermédias são as mais frequentes. Na Áustria ou Finlândia, o Estado central age em concertação com as autoridades regionais e locais e as responsabilidades são assim partilhadas. Com a generalização dos sistemas de dotações globais, sob o modelo "bloktilskud" iniciado na Dinamarca, a autonomia financeira encontra-se agora melhor garantida.

As próprias ambições políticas reflectem as inclinações culturais nacionais ou regionais, mas também as orientações governamentais. Assim, a gama inteira dos tipos de políticas encontra-se representada: política de compensação de carências, nas ilhas ultra-periféricas e regiões fronteiriças da União, nomeadamente as que se situam ao longo da Cortina de Ferro; política de reforma das práticas agrícolas intensivas, na Bélgica, Drenthe, Bretanha e Alta-Áustria; política de protecção do ambiente ou das zonas naturais, na Cantábria, Calábria, Flevoland, Salzburg e Vorarlberg; política de ordenamento ou de re-ordenamento territorial, em Portugal, Grécia e nos novos Länder alemães; política de valorização das produções agrícolas e artesanais, na Frísia, Comunidade de Madrid, Canárias, Abruzzo e Burgenland.

Muito esquematicamente, como para as outras políticas de desenvolvimento económico, apercebemo-nos da oposição entre duas visões de futuro para estas zonas. A primeira pressupõe a capacidade autónoma de renascimento por parte do mundo rural, graças a instrumentos contratuais, como em França e Suécia. Coincide geralmente com uma estratégia mais introvertida, centrada na qualidade de vida e na formação da população, mobilização dos actores locais, criação de empregos para os desempregados. É frequentemente praticada na Dinamarca, Bélgica, em regiões do norte de Itália e no Luxemburgo. A segunda visão é mais extrovertida: prefere apostar na importação da modernidade, sem negligenciar contudo a importância de mobilizar a população e os actores rurais. Toma a forma de programas de desenvolvimento económico para as actividades terciárias (turismo, património cultural, tecnologias da informação) ou primárias (agricultura, agro-indústria, pesca), a melhoria da qualidade e a

comercialização das produções agrícolas e artesanais. Caracteriza as regiões predominantemente agrícolas espanholas (Múrcia, Andaluzia, Galiza, Castela - La Mancha, Astúrias), o Mezzogiorno italiano ou ainda as regiões árticas da Finlândia.

Estas diferenças reflectem, naturalmente, o contexto cultural e social regional. Com efeito, se quase todas as zonas rurais sofrem do envelhecimento da sua população, já os problemas se colocam de forma diferente consoante a composição exacta da população: por vezes, os agricultores são pluriactivos, como na Áustria e no Luxemburgo; ou são profissionais muito bem formados, como na Dinamarca, Bélgica, Picardia e Alsácia; a menos que esta categoria da população seja particularmente desfavorecida, como no Alentejo (Portugal), Galiza (Espanha), Púglia (Itália) ou Épiro (Grécia).

A inovação no mundo rural

Prosseguindo o objectivo da inovação, o programa de Iniciativa Comunitária LEADER abriu janelas para e em direcção ao mundo rural. Solicitou a sua capacidade de modernização e de invenção e, em troca, deu grande visibilidade às experiências existentes. Permitiu ao mundo exterior a descoberta de espaços em plena transformação. Na prática, a inovação rural resulta, tanto de técnicas de gestão e de animação dos territórios, como do conteúdo dos programas. Lança-nos numa terceira dimensão de ordem cultural e política, a da integração europeia.

No plano metodológico, o LEADER contribuiu incontestavelmente para a propagação de um tipo particular de estratégia de animação e de desenvolvimento rural, baseada em sete grandes componentes: valorização do potencial endógeno local, enraizamento territorial estratégico, abordagem ascendente, gestão descentralizada e global dos financiamentos, abordagem integrada ou multisectorial, parceria horizontal e privada-pública, assim como organização em rede. Na esteira do LEADER I, a Irlanda fez aliás do desenvolvimento rural um instrumento de desenvolvimento da cidadania e da modernização política. Contudo, em países que já praticavam tais métodos - a Áustria é o melhor exemplo -, a inovação trazida pelo LEADER foi mais limitada. Actualmente, apenas os países, ou mesmo as regiões, de tradição social conflituosa e onde o Estado é geralmente considerado como o último árbitro, não conseguiram diversificar as suas parcerias e torná-las eficazes.

Em países já dotados de uma política de desenvolvimento rural, o LEADER serviu frequentemente para suprir lacunas ou para aperfeiçoar o existente. Assim, nos países nórdicos, os grupos de acção local (GAL) adoptaram temáticas muito focalizadas nos seus programas de acção - a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, na Suécia, ou os jovens e as mulheres, na Finlândia. Para os outros Estados-Membros, os GAL desenvolveram em geral estratégias horizontais de desenvolvimento económico e social, apoiando-se na população local.

Tendo em conta os trunfos e as dificuldades próprias a cada território, pode dizer-se que os GAL europeus adoptaram uma gama quase completa de estratégias. Entre elas, alguns temas ocorrem mais frequentemente:

- a melhoria das condições de vida através do desenvolvimento dos serviços de proximidade, em França, Suécia, Finlândia e Áustria; o reforço e a reorganização dos serviços públicos, em Itália, Grã-Bretanha (porque a Irlanda do Norte continuou bem dotada) e Grécia; a modernização e renovação das aldeias, na Alemanha, Dinamarca e Itália;
- a protecção do ambiente, na Suécia, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Luxemburgo, Holanda e Itália;
- a diversificação agrícola e o desenvolvimento das culturas biológicas, em Itália, Finlândia, Irlanda e Áustria;
- o agro-turismo, quer para clientes de proximidade - na Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, França e Holanda - quer para visitantes estrangeiros - na Finlândia, França, Escócia e Irlanda;
- o aumento dos rendimentos disponíveis para os rurais, quer pela diversificação e valorização agrícolas, na Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal, quer pelo desenvolvimento de novas actividades económicas industriais ou terciárias, na Grécia, França, Itália, Irlanda e Espanha.

A realização do LEADER testemunha de forma assaz fiel a atitude nacional das autoridades públicas e dos cidadãos relativamente à integração europeia.

No seu conjunto, os países de maior dimensão - França, Reino Unido e Alemanha - procuraram pouco a aplicação dos preceitos do LEADER, não modificando a sua organização interna para se adaptarem. Do mesmo modo, na Holanda, Bélgica, Dinamarca, Áustria e Suécia - quer por desconfiança tradicional quanto a uma possível ingerência comunitária, quer considerando que já praticavam estes métodos - os poderes públicos parecem ter voluntariamente reduzido as possibilidades de influência do LEADER sobre o seu mundo rural. Pelo contrário, outros países muito motivados, como Espanha, Portugal e Irlanda, retiraram benefícios importantes do LEADER, que inspirou em dois deles programas nacionais de desenvolvimento rural e até de desenvolvimento regional.

De qualquer modo, a situação não se encontra congelada e a experiência demonstra que o envolvimento das regiões na dinâmica LEADER se desenvolveu em "crescendo" entre 1994 e 1999. Tal como o LEADER I e II, o LEADER+ (2000-2006) representa, não só um instrumento para o desenvolvimento rural, como também o instrumento privilegiado de uma integração europeia fundada na vontade dos actores locais.

*Depois de ter feito parte da Célula de Prospectiva da Comissão Europeia, **Marjorie Jouen** é agora responsável por estudos no Agrupamento de Estudos e Investigação "Nossa Europa", onde acompanha muito particularmente a Política Agrícola Comum, as políticas de coesão e o alargamento da União.*

[1] Este artigo serviu de introdução ao ["Atlas LEADER du développement rural"](#), Observatório Europeu LEADER, 2000. Versão em papel disponível em francês e em inglês.

● Defender o modelo rural e agrícola europeu na OMC

por [Doriane GIVORD](#)

Para que as potencialidades do mundo rural sejam plenamente exploradas, tendo em conta a importância socioeconómica e também histórico-cultural da agricultura no mundo rural europeu, é essencial manter o carácter multifuncional da agricultura europeia.

A 27 de Setembro de 1999, nas conclusões sobre o "Ciclo do Milénio" [1] adoptadas por unanimidade, o Conselho de Ministros da Agricultura sublinhou que a salvaguarda do modelo agrícola europeu tinha uma importância fundamental para a União Europeia, considerando o carácter multifuncional da agricultura europeia e do papel que ela desempenha na economia e na sociedade no seu conjunto.

A defesa do modelo agrícola europeu, como objectivo primordial das negociações comerciais multilaterais, é uma afirmação política forte da especificidade e da importância do modelo agrícola e rural europeu para a sociedade europeia no seu conjunto. É reconhecer que o debate sobre as políticas agrícolas e rurais não pode limitar-se a um debate exclusivamente técnico. É também promover o modelo agrícola e rural europeu na cena internacional, modelo que reflecte a história, as culturas e as opções específicas da sociedade europeia e que não é, portanto, negociável.

São apenas palavras? A defesa deste modelo europeu não passará de um proteccionismo habilmente disfarçado, como pretendem alguns dos nossos rivais comerciais?

Nada disso. O reconhecimento político, ao mais alto nível, da necessidade de preservar este modelo agrícola e rural europeu é sincero. Faz eco às preocupações da nossa sociedade, à evolução socioeconómica de um mundo cada vez mais marcado pela mundialização das trocas, um mundo onde a procura e a afirmação de identidade se tornam talvez mais fortes à medida que as nossas sociedades se sentem cada vez mais divididas entre o internacional e o local.

As manifestações que acompanharam a conferência ministerial de Seattle, em Novembro-Dezembro de 1999, ou ainda, para fazer referência a uma figura emblemática do mundo agrícola e rural francês e europeu, o interesse suscitado pelas acções e tomadas de posição de José Bové [2] são disso o testemunho vivo.

A "multifuncionalidade da agricultura", o que é?

"Modelo agrícola versus modelo rural europeu"; "rurais vs agros". Estes dois termos, que outrora figuravam por vezes como antagónicos, ou pelo menos concorrenciais, são hoje plenamente complementares. No plano político, a Agenda 2000 suprimiu qualquer ambiguidade, ao fazer do desenvolvimento rural o segundo pilar da Política Agrícola Comum (PAC). Esta integração, dedicada ao nível político e jurídico, encontra-se igualmente no lançamento do conceito de "multifuncionalidade da agricultura".

Um conceito reconhecido ao nível internacional

Esta expressão já fez correr muita tinta desde o seu reconhecimento internacional oficial. A multifuncionalidade foi objecto de trabalhos e discussões ao nível dos órgãos e instituições especializadas das Nações Unidas (nomeadamente, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente - em particular, os trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21, a Organização para a Alimentação e Agricultura). Do mesmo modo, depois de os ministros da agricultura dos seus países membros terem reconhecido oficialmente o carácter multifuncional da agricultura, por ocasião da conferência ministerial de Paris em Março de 1998, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) iniciou recentemente diversos trabalhos de análise deste conceito.

Por fim, na Organização Mundial do Comércio (OMC), as discussões no âmbito do processo de análise e de intercâmbio de informações que terminou em Dezembro de 1999 permitiram à União Europeia e a outros membros exporem a sua visão do conceito, preparando assim os futuros debates em negociações comerciais sobre a agricultura.

Os "Amigos" da multifuncionalidade

Com o Japão, a Coreia, a Noruega e a Suíça, a União Europeia constituiu o grupo - informal - dos "Amigos da multifuncionalidade". Estes países reconhecem todos o facto de a agricultura ter muitos papéis a desempenhar para além da produção de bens agrícolas e alimentares. E consideram que, devido a esta especificidade, a agricultura merece um tratamento particular nas negociações comerciais internacionais, a fim de preservar os papéis que a agricultura desempenha para o ambiente, para as paisagens rurais e também para o desenvolvimento rural. Os países "amigos" da multifuncionalidade não têm, contudo, uma visão monolítica deste conceito e aceitam algumas variantes na definição que cada país lhe possa dar, reflectindo a sua história, cultura e nível de desenvolvimento. Assim, a multifuncionalidade não é apanágio de um clube de nações ricas. Abrange também os países em desenvolvimento, para os quais é essencial que o sector agrícola possa plenamente assumir o seu papel no desenvolvimento das zonas rurais e, além disso, na luta contra a pobreza. Esta "diversidade do conceito", assim como a ligação crucial entre multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento rural, é uma das conclusões fortes da conferência sobre as preocupações não comerciais que decorreu na Noruega em Julho de 2000, a convite dos "Amigos da multifuncionalidade" e que reuniu cerca de quarenta países, trinta e quatro dos quais em vias de desenvolvimento.

Os cépticos

Os grandes exportadores de produtos agrícolas e agro-alimentares - que são o grupo de Cairns^[3] e os Estados Unidos - colocaram muitas dúvidas sobre as reais intenções dos defensores deste conceito, que qualificam de mero pretexto para justificar a manutenção de políticas agrícolas proteccionistas.

Trata-se de uma interpretação errónea e redutora do debate sobre a multifuncionalidade, que soa como uma recusa em reconhecer que a definição das políticas agrícolas e rurais não pode reduzir-se à esfera económica e mercantil, mas interfere também com as questões e opções de sociedade mais vastas. Como repetiram constantemente os negociadores da União Europeia, é pois necessário que, nas negociações comerciais multilaterais sobre a agricultura, que tiveram início oficialmente em Janeiro de 2000, se considerem plenamente os aspectos ditos não comerciais, que incluem, em particular, a multifuncionalidade da agricultura.

Tentativa de definição

Mas qual é a visão europeia da multifuncionalidade da agricultura? Qual é a ligação com o modelo rural europeu?

Em termos simples, e com risco de repetição, a multifuncionalidade da agricultura radica no facto de, para além da produção de bens agrícolas e agro-alimentares, a actividade agrícola desempenhar outras funções.

44% do território europeu está coberto por terras agrícolas, às quais se devem juntar outros espaços tratados pelos agricultores do mundo rural (superfícies arborizadas, espaços naturais, edifícios e infra-estruturas). Os agricultores, em ligação com os outros activos rurais, gerem mais de metade do território europeu. Daí que a ligação entre agricultura, ruralidade e território seja evidente, tal como as funções não-mercantis da agricultura.

Assim, na União Europeia, a agricultura contribui para a preservação, manutenção e valorização das paisagens. Por outro lado, sublinhe-se ainda o facto de os caminhos rurais, as áreas de lazer, os bosques e outros elementos da paisagem e do património rural terem uma vocação recreativa que se encontra em plena expansão.

A actividade agrícola contribui igualmente para a protecção do ambiente, a conservação da biodiversidade, a gestão integrada dos biótopos, a conservação dos solos e da qualidade da água. Além disso, permite prevenir alguns riscos naturais, graças, por exemplo, à pastagem anti-incêndios, ao coberto arborizado, ao ordenamento das margens de ribeiras ou a obras de pequena hidráulica ou ainda à replantação de sebes.

Porque a actividade agrícola se insere, antes de mais, na terra, tratando-se sobretudo de uma acção sobre o meio natural, a ligação entre agricultura e ambiente é forçosamente íntima. Aliás, é cientificamente reconhecido que na Europa rural, o trabalho da terra, desde há décadas e até desde há séculos, vem produzindo eco-sistemas muito próprios e ricos, que estariam irremediavelmente ameaçados em caso de abandono da agricultura.

É claro que seria absurdo negar o papel devastador que algumas práticas agrícolas tiveram, ou continuam a ter, sobre o ambiente. É preciso, contudo, lembrar que a União Europeia se dotou aos poucos de um arsenal jurídico, a fim de lutar contra a poluição e de favorecer práticas agrícolas mais respeitadoras do ambiente. A integração das exigências em matéria de protecção do ambiente na definição e aplicação das políticas comuns é, aliás, desde a ratificação do Tratado de Maastricht, uma obrigação jurídica para a União, obrigação reforçada desde a entrada em vigor do Tratado de Amsterdão, a 1 de Maio de 1999.

A Agenda 2000 prosseguiu e aprofundou o "efeito verde" na PAC, tendo como objectivo que os agricultores europeus respeitem exigências ambientais mínimas e sejam igualmente incentivados a ir mais longe, isto é, a adoptar práticas benéficas para o ambiente.

A agricultura desempenha também um papel no desenvolvimento das zonas rurais, em particular, nas zonas da União Europeia onde a actividade agrícola continua a ser uma das bases da economia local. Dado o seu papel determinante no território e a perpetuação de certas práticas, a agricultura desempenha um papel essencial no ordenamento do território e na preservação de bens e tradições culturais, como alguns edifícios rurais antigos ou ainda alguns saberes concretos relativos, por exemplo, ao fabrico de produtos típicos. Estamos aqui no cerne da articulação entre actividade agrícola e desenvolvimento rural: a expressão concreta do que é, realmente, a multifuncionalidade da agricultura revela-se nas sinergias entre actividade agrícola e desenvolvimento rural, revelando assim o nosso modelo rural europeu.

Modelo rural europeu e multifuncionalidade

Recordemos que, segundo a definição estatística que caracteriza a noção de ruralidade - baseada geralmente num indicador de densidade -, a União Europeia é rural em cerca de 80%. Por outro lado, dada a transformação sofrida pela actividade agrícola nestas últimas décadas, assim como a evolução socioeconómica mais global da sociedade europeia, o papel da agricultura e as expectativas da sociedade em relação a esta são hoje bem diferentes. Existe presentemente uma procura crescente de bens e serviços não mercantis que a agricultura fornece a baixo custo e em complemento da sua função primária de produção de bens agrícolas. De certa maneira, o sucesso do LEADER é disso testemunho. A valorização de antigas práticas ou de produtos locais tradicionais, o sucesso do turismo verde, o interesse pelas culturas e tradições locais, etc. também o provam.

Os Europeus desejam que os seus campos continuem vivos. A visão europeia do desenvolvimento rural não é montar museus longe das cidades, no coração das zonas rurais, onde os cidadãos possam ir em passeio, para admirar uma paisagem ou descobrir tradições passadas. E também não é no sentido de se evoluir para um mundo sem camponeses, onde a produção da alimentação seria assegurada por um pequeno número de "explorações" agrícolas. Existe um empenho real dos cidadãos europeus pela preservação da extrema riqueza das actividades agrícolas e dos territórios rurais da

União. O objectivo é manter uma Europa rural viva, integrada na economia, graças aos seus recursos e às suas iniciativas locais. O objectivo, enfim, é manter os nossos territórios vivos.

Esta visão não é incompatível com uma agricultura competitiva, que é um dos objectivos da Política Agrícola Comum. Política rural e política agrícola no sentido restrito são complementares, como o consagra a Agenda 2000 ao fazer do desenvolvimento rural o segundo pilar da PAC, sem contudo reduzir o "rural ao agrícola".

Esta complementaridade política responde à constatação de que a economia das zonas rurais tende a diversificar-se, para lá e a partir - geralmente - da actividade agrícola. Esta diversificação é aliás incentivada, a fim de reforçar o tecido económico das zonas rurais, que se fragilizou com as mutações da agricultura na segunda metade do século XX.

Assim, a originalidade do modelo rural europeu reside principalmente na integração entre estas diversas actividades; na tomada de consciência de que o desenvolvimento das zonas rurais deve ser concebido ao nível global, integrando as dimensões económicas, sociais e culturais e, por fim, no reconhecimento de que este desenvolvimento se apoia nas pessoas e em comunidades rurais dinâmicas.

À guisa de conclusão

Em resumo, se eu tivesse de expor de forma muito simples e muito concreta o que é o modelo europeu a representantes de outros países membros da OMC, que colocam por vezes em dúvida as nossas intenções, acompanhá-los-ia numa viagem pela Europa rural. Uma longa viagem de vários meses, de grupo LEADER em grupo LEADER, da Escandinávia à Calábria, da Irlanda até Creta, e sem esquecer os departamentos ultramarinos franceses.

Durante essa viagem, enquanto descobriam territórios de geografia e paisagens tão variadas, contar-lhes-ia as histórias, igualmente tão variadas, destes territórios. Explicar-lhes-ia como estas evoluções históricas, culturais e sociais modelaram territórios e comunidades rurais. Sublinharia a variedade das práticas agrícolas e o lugar da agricultura nestes territórios, não só pela sua contribuição para o tecido económico actual, mas também, e talvez sobretudo, pela sua importância "societal" na formação destes territórios. Compreenderiam então que a especificidade do mundo rural europeu é a sua diversidade, herança de uma história longa, rica e variada.

Mas o modelo rural europeu não é apenas uma lembrança preciosa preservada dentro de um estojo de paisagens. É também uma realidade viva e dinâmica. Os campos europeus sofreram, de maneira mais ou menos marcada, a mutação sem precedentes destas últimas décadas. As práticas e estruturas agrícolas modificaram-se radicalmente, o êxodo rural foi impressionante, levando até à desertificação de certas zonas.

O horizonte socioeconómico dos campos tornou-se mais sombrio. Mas pouco a pouco, com a mobilização das populações que vivem nas zonas rurais, a intervenção dos poderes públicos apoiada em políticas comunitárias desde meados dos anos 80 e uma procura crescente por parte das nossas sociedades de um melhor ambiente, de belas paisagens, de aldeias vivas, de produtos de qualidade, etc., as zonas rurais estão a reencontrar gradualmente a esperança do desenvolvimento, embora ainda muito continue por fazer.

O modelo rural europeu é isto, portanto: uma herança incrivelmente rica, iniciativas de desenvolvimento local realizadas por comunidades rurais, tudo isto acompanhado por uma vontade política forte de desencravar e de desenvolver as zonas rurais, numa palavra, de dar-lhes a sua oportunidade.

Para que as potencialidades do mundo rural sejam plenamente exploradas, e tendo em conta a importância socioeconómica e histórico-cultural da agricultura no mundo rural europeu, é essencial que se mantenha a natureza multifuncional da agricultura europeia.

É por isso que a União Europeia comunicou por várias vezes aos seus parceiros que, embora desejando também aumentar a sua participação no comércio mundial de produtos agrícolas e agroalimentares, se recusaria a limitar as negociações a discussões puramente técnicas. O modelo agrícola e rural europeu não é negociável. Porque reflecte a escolha da nossa sociedade, a opção por uma Europa rural viva e dinâmica.

Talvez mesmo, um modelo a exportar,...

*Administrador na Direcção das Relações Internacionais da Direcção-Geral Agricultura da Comissão Europeia, **Doriane Givord** é responsável pela preparação das negociações agrícolas multinacionais. Era anteriormente responsável pela Iniciativa LEADER II. Este artigo não reflecte necessariamente os pontos de vista da Comissão Europeia.*

[1] NDR: nome dado ao ciclo de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) lançado em Novembro de 1999 em Seattle.

[2] NDR: ficou célebre pela desmontagem simbólica de um restaurante "fast food" em Millau (França) durante o Verão de 1999 e pelo eco internacional que tiveram as suas tomadas de posição em Seattle em Novembro-Dezembro do mesmo ano; este criador de ovelhas do Aveyron milita contra a "má comida" e os derivados da agricultura industrial.

[3] Formado em 1986, o "Grupo de Cairns" é uma coligação composta actualmente por 18 países exportadores de produtos agrícolas, a saber a Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Fiji, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova-Zelândia, Paraguai, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai. Esta coligação preconiza a liberalização do comércio e das políticas agrícolas

● **Desenvolvimento rural, modelo europeu e Iniciativa LEADER: 4 olhares exteriores**

Como se encontra o desenvolvimento rural fora da União Europeia? Como os outros vêem o "Modelo Rural Europeu"? O programa LEADER pode ser exportado? O que a Europa pode aprender à partir das experiências de outros países industrializados no mundo? O LEADER Magazine faz essas perguntas à um americano, um canadense, um japonês e um estoniano.

Estados Unidos: o desenvolvimento rural hoje e no futuro

por [David W. SEARS](#),

Director do National Rural Development
Partnership Office [Washington D.C., EUA]

É mais que conhecido: os Estados Unidos não têm uma política rural. O que evidentemente não quer dizer que não exista uma América rural: existe realmente uma América rural, que abriga um quarto da população americana. Isto também não quer dizer que não exista desenvolvimento rural nos Estados Unidos: muitas acções de desenvolvimento rural são aqui conduzidas. O que falta é um quadro político geral em que estas acções se possam inserir.

Duas novas instituições estão a tentar criar esse quadro. Por um lado, o CRS ("Center for Rural Studies"/Centro de Estudos Rurais), sediado no Banco de Reserva Federal de Kansas City, que organiza duas grandes convenções (uma durante este ano e a outra em 2001) visando reunir os actores-chave do desenvolvimento rural nos Estados Unidos, a fim de formular uma política rural. Por outro lado, os Parceiros da América Rural ("Partners for Rural America / PRA") projectam reunir um grande número de intervenientes de terreno, esperando que isso conduza à criação de uma política nacional de desenvolvimento rural.

Em suma, neste debate, temos a impressão de que a mão esquerda não sabe o que a mão direita faz e ignoramos ainda se estas duas iniciativas se unirão numa só ou se, pelo contrário, seguirão cada uma o seu caminho, pelo menos durante algum tempo.

O desenvolvimento rural nos Estados Unidos

Sem esperar pela definição de uma política rural ao nível nacional, os SRDC ("State Rural Development Councils"/ Conselhos Estaduais para o Desenvolvimento Rural) começaram a articular as diversas actividades de desenvolvimento rural em curso ao nível de cada Estado. Lançados sob a forma de experiência-piloto, em 1990, em 8 dos 50 Estados, os SRDC abrangem hoje 40. Estão federados no seio da NRDP ("National Rural Development Partnership"/Parceria Nacional do Desenvolvimento Rural). Cada conselho reúne várias instituições-chave do respectivo Estado, envolvidas no desenvolvimento rural, incluindo os organismos federais, estaduais, ameríndios e locais, responsáveis por programas públicos, assim como o sector privado. Os intercâmbios de experiência e de informação entre os conselhos exigem uma grande cooperação e colaboração entre os actores do mundo rural. Com o tempo, a promoção das acções mais eficazes realizadas pelos SRDC poderá contribuir para uma melhor qualidade de vida na América rural.

- **Realidade n.º 1: o rural é bem mais do que a agricultura**

A imagem do mundo rural que possuem muitos Americanos (e talvez também Europeus) é a de campos de trigo que ondulam ao vento e de grandes pradarias onde pastam as vacas. Esta imagem não é falsa; é apenas incompleta: quem sabe que dos Americanos rurais apenas 6% vivem numa quinta e menos de 2% têm como primeira actividade a agricultura?

Os conselhos estaduais para o desenvolvimento rural ajustam-se a esta realidade, considerando a agricultura como uma actividade económica entre outras. Por exemplo, os Parceiros Rurais de Wisconsin (nome do SRDC deste Estado) contam entre os seus membros o Ministério da Agricultura do Estado mas também a Aliança Florestal dos Grandes Lagos, a Assembleia das Agências Artísticas do Wisconsin ou ainda o Ministério do Comércio.

- **Realidade n.º 2: a maioria dos problemas rurais são interdependentes**

Nos EUA, como na Europa, os principais problemas rurais estão interligados: por exemplo, um território rural americano onde muita gente não tem seguro de saúde sofrerá simultaneamente de falta de qualificação da sua mão-de-obra e de uma grave necessidade de habitação a preços acessíveis. Os problemas encontrados nestes três sectores - saúde, trabalho e alojamento - estão de tal forma intrinsecamente ligados que procurar resolver um ou outro de forma isolada será provavelmente muito menos eficaz do que abordar em conjunto estes três problemas de forma integrada.

Os SRDC apropriaram-se desta última abordagem, acentuando as soluções "agrupadas" em vez de tentarem resolver as dificuldades uma a uma. Assim, os Parceiros Rurais (nome do SRDC de Illinois) estão a realizar em todo o Estado um plano global de desenvolvimento rural que conjuga estratégias relacionadas com educação, saúde, formação de mão-de-obra, agricultura, transportes,

turismo, segurança, considerando de forma explícita a interdependência destes diferentes domínios.

- **Realidade n.º3: as soluções para os problemas rurais implicam múltiplas instituições**

De uma maneira geral, e qualquer que seja o problema rural em questão, nenhuma instituição pode, sózinha, elaborar e pôr em prática uma solução adequada. Se a questão crucial, por exemplo, é aumentar o nível dos alunos no secundário, o sistema escolar local, claro está, é o primeiro envolvido, mas não terá por si só a envergadura necessária para atingir plenamente o objectivo. Outras instituições terão também, sem dúvida, que intervir: os serviços de saúde pública do Estado (para a prevenção e identificação dos alunos sem seguro de saúde), a câmara de comércio local (para orientar os jovens e facilitar-lhes o acesso a empregos interessantes), o Ministério do Ambiente (para a qualidade da água potável, do ar), etc.

Os conselhos estaduais têm em conta esta realidade, associando no seu seio uma vasta gama de instituições que podem permitir a resolução de todo um leque de problemas. O conselho do desenvolvimento rural do Maine, por exemplo, reúne mais de dez agências federais e do Estado, assim como o governo tribal ameríndio, a fim de poder concretizar uma série de medidas destinadas a melhorar a actividade económica e a qualidade de vida da comunidade ameríndia de Houlton.

- **Realidade n.º4: as situações rurais variam imenso de uma região para outra**

Nos Estados Unidos, as comunidades rurais das Grandes Planícies sofrem significativas baixas de população, enquanto muitos territórios montanhosos atractivos e zonas rurais costeiras estão sujeitos a um crescimento acelerado e à pressão fundiária. Inúmeras aldeias do sul confrontam-se com problemas de baixos salários, de falta de qualificação da mão-de-obra e de deslocalização das empresas para países do Terceiro Mundo, enquanto outras regiões do país atraem investidores que procuram pessoal altamente qualificado.

Em suma, um diagnóstico realizado numa dada zona rural tem relativamente poucas hipóteses de poder aplicar-se ao contexto de uma outra zona rural, mesmo não muito afastada. Os SRDC são, pois, "talhados por medida" para tomar em consideração estas disparidades. Se o NRDP funciona como rede nacional dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, as missões de cada conselho e a composição da parceria são definidas ao nível do respectivo Estado. Cada conselho está, pois, em condições de conhecer a situação e de responder às necessidades específicas das zonas rurais do seu Estado. Nestes últimos meses, por exemplo, o Conselho da Carolina do Norte concentrou as suas energias sobre a melhoria da distribuição da água e o saneamento, enquanto o de Oregon privilegiou o desenvolvimento da mão-de-obra.

USA-Europa: partilhar os conhecimentos

Os Estados Unidos e a Europa são comparáveis em vários aspectos: sociais, económicos, culturais, geográficos, políticos, históricos... Os nossos pontos comuns são bastante numerosos, o que nos permite afirmar que uma comparação das abordagens ao desenvolvimento rural nos dois continentes será quase sempre extremamente enriquecedora para ambas as partes. Com efeito, de um lado e de outro existem grandes diferenças entre regiões (a Grécia e a França, o Dakota do Norte e o Mississippi...) e os agentes do desenvolvimento rural estão já bem conscientes do interesse que existe em aprendermos uns com os outros, sobretudo quando se trabalha em ambientes diferentes.

Conceber e realizar dispositivos de intercâmbio de saber-fazer (conferências, seminários, viagens de estudo, visitas, intercâmbios de pessoas, publicações) poderá ser muito profícuo para os dois lados do Atlântico: americanos e europeus podem aprender muito no domínio das políticas e das práticas, como também na aplicação de instrumentos e de organismos eficazes para o meio rural.

Uma última palavra

Os Estados Unidos estão talvez numa encruzilhada. A concretização de uma política nacional de desenvolvimento rural é altamente provável e poderá assentar no trabalho entretanto realizado pelos conselhos estaduais para o desenvolvimento rural. Os americanos têm, sem dúvida alguma, muito a aprender com os seus colegas europeus. Reciprocamente, observar como os EUA evoluirão nas suas práticas e políticas rurais no decurso dos próximos anos poderá ser uma fonte de inspiração para os europeus.

*Investigador em desenvolvimento rural no ERS (Economic Research Service) entre 1988 e 1995, **David W. Sears** conta no seu activo com várias publicações, entre as quais dois livros: "Gearing Up for Success: Organizing a State for Rural Development" e "Rural Development Strategies".*

- **Contacto:**
National Rural Development Partnership,
National Partnership Office,
1400 Independence Avenue S.W., Room 4225-S,
Mail Stop 3205, Washington, D.C., 20250-3205.
Tel.: 00 1 202 690 23 94
Fax: 00 1 202 690 1262.

Quebeque (Canadá): "americanizar" o modelo europeu de desenvolvimento rural

- por [Jacques PROULX](#),
Solidariedade Rural do Quebeque
-
- A "Solidariedade Rural do Quebeque" foi criada em 1991 para assegurar o acompanhamento dos "Estados Gerais do Mundo Rural", em que participaram 1 200 delegados. Solidariedade rural é antes de mais uma coligação de cerca de vinte organismos nacionais democráticos e presentes por todo o território, de uma centena de organismos regionais, de dezenas de municípios, e militantes. A sua missão é promover a revitalização e o desenvolvimento do mundo rural, das suas regiões e das suas localidades, de maneira a inverter o movimento de declínio e de destruição dos campos do Quebeque.
- Estes estendem-se por 1,6 milhões de km², ou seja 16% do território canadiano. 10% do território é de água doce, ou seja, um terço da reserva do Canadá e o equivalente a metade da dos Estados Unidos. Os 7,1 milhões de habitantes do Quebeque vivem concentrados em 0,7% do território, essencialmente ao longo do rio Saint-Laurent. 51% do território são arborizados. A floresta pública cobre mais de 500 000 km². A floresta privada representa mais ou menos 71 000 km². 1,4% das terras são propícias à agricultura. A floresta, a pesca e a agricultura ocupam menos de 10% da mão-de-obra rural. Os rurais do Quebeque são menos instruídos do que os urbanos, o seu salário é menor, o desemprego maior, são geralmente mais idosos e, na sua grande maioria, não trabalham na aldeia.
-
- **Uma primeira política rural**
-
- Em Outubro de 2000, prevê-se que o governo do Quebeque adopte a sua primeira política de desenvolvimento rural^[1]. A seguir à "Conferência sobre o futuro social e económico do Quebeque" (1996), o governo criou um grupo de trabalho, sob a presidência de Solidariedade Rural do Quebeque, para efectuar um estudo sobre as aldeias prósperas. O objectivo do estudo era identificar as condições que tinham permitido que um determinado número de aldeias atingisse um tal desenvolvimento que se encontravam já em situação de sobre-emprego. Nas suas conclusões, o estudo recomendava nomeadamente ao governo a nomeação de um ministro da Ruralidade; a elaboração de uma política de desenvolvimento rural; a formação de um conselho da ruralidade. Em 1997, o ministro responsável pelo desenvolvimento das regiões respondia a algumas destas recomendações no âmbito da "Política de apoio ao desenvolvimento local e regional". Entre outras medidas, esta política previa a criação de um programa de ajuda financeira que facilitava o recrutamento de animadores rurais e fazia de Solidariedade Rural do Quebeque uma instância-conselho do governo do Quebeque em matéria de desenvolvimento rural. A primeira missão confiada à instância-conselho foi dar parecer ao governo sobre o teor de uma política de desenvolvimento rural. A fim de responder a esta questão, Solidariedade Rural do Quebeque adoptou uma abordagem em três eixos. Em primeiro lugar, o organismo efectuou uma auscultação junto dos rurais, tanto os cidadãos e cidadãs como os representantes dos organismos activos neste meio. Em segundo lugar, os membros do conselho de administração da coligação foram convidados a apresentar memorandos sobre o desenvolvimento rural. Finalmente, a instância-conselho encomendou um estudo à universidade, a fim de obter um retrato do papel de certos governos em matéria de desenvolvimento rural, além de realizar uma viagem de estudo pela Europa. O "Parecer para uma política

governamental de desenvolvimento rural" foi entregue em Fevereiro de 1999. Está disponível no endereço Internet <http://www.solidarite-rurale.qc.ca/dossiers.htm>.

-
- **Modelo europeu**
-
- Claude Lafleur, Secretário-Geral da Cooperativa Federada do Quebeque, um organismo membro de Solidariedade Rural do Quebeque, considera que a coligação "defende um modelo europeu de desenvolvimento" para os meios rurais. Esta ideia é sedutora porque tem a vantagem de demonstrar a firme vontade de Solidariedade Rural de ver o mundo de outra forma. Contudo, no âmbito dos nossos trabalhos, limitamos o nosso olhar ao mundo rural dos países ocidentais, ricos e fortemente industrializados, onde afirmações como "pertença ao planeta e à minha aldeia" têm todo o sentido.
- O observador notará que, no continente de Céline Dion e de Bill Gates, é pouco frequente um interesse pela ruralidade sob o ângulo da identidade, do modo de vida, dos territórios. É contudo este o ângulo que nós privilegiamos em Solidariedade Rural. Por um lado, incentiva-nos para isso o facto de o mundo rural do Quebeque não ser homogêneo, porque tanto é agrícola, florestal, mineiro como marítimo. Como prova, mais de 200 aldeias vivem da floresta. Em média, no Quebeque, uma pessoa em dez no mundo rural tem emprego na agricultura. Por outro lado, somos a isso obrigados porque o mundo rural do Quebeque existe nos confins de três civilizações: ameríndia, europeia e americana. Por fim, numa época de mundialização das trocas, de internacionalização do comércio, de concentração urbana, recusamos a ideia de que o mundo rural seja um anacronismo ou uma colónia de férias.
- Inspirada pelos rurais e convencida de que o desenvolvimento local é promissor para as populações rurais, a coligação, desde as suas origens, centrou o seu trabalho no conhecimento dos meios rurais e na sua representação junto das autoridades. Ao longo dos memorandos, dos pareceres e dos apoios públicos às lutas dos rurais, onde sempre privilegiámos uma visão alternativa das coisas, ganhámos em 1996 o estatuto de instância-conselho do governo do Quebeque em matéria de desenvolvimento rural.
- Hoje, somos um organismo híbrido, porque somos simultaneamente um lobby para os rurais, um centro de investigação, um espaço de formação para os agentes de desenvolvimento rural e um fórum de debates para os nossos membros. Do mesmo modo, no capítulo das ideias, somos iconoclastas, porque tentamos americanizar o modelo europeu de desenvolvimento rural. Por exemplo, num momento em que a Europa discute a multifuncionalidade da agricultura, nós preferimos falar da multifuncionalidade do mundo rural. Porque, na nossa opinião, a multifuncionalidade da agricultura consiste essencialmente em ter em conta efeitos induzidos e estruturantes de uma actividades económica sobre a estrutura social, económica, política e cultural, enquanto a multifuncionalidade do mundo rural propõe uma visão holística dos meios rurais, que tenha em consideração o conjunto das actividades presentes no território, levantando ao mesmo tempo a questão das relações Estado/aldeia, supranacional/local. Por outro lado, para Solidariedade Rural do Quebeque, o mundo rural contemporâneo não é definido e determinado pela agricultura. E, como é sabido, acabamos sempre por falar aqui de comércio internacional, de

ajudas governamentais, de milhares de milhões de euros e de muito poucos dólares.

- Muito provavelmente, e trata-se de uma simples imagem, se a Europa perdeu, em Genebra[2], a batalha da alimentação de massa, quer agora ganhar no coração de todos os Ocidentais a dos territórios. Neste diversidade, o Quebeque não tem voz, a não ser que encontre um sentido na sua própria campanha. Eis o desafio: inventar uma campanha própria movida por si mesma e associada à sua identidade própria. Desta identidade reafirmada nascerão produtos capazes de fazer viver os rurais. É por isso que aderimos à ideia, muito europeia, de que é necessário, primeiro que tudo, animar as comunidades.

-

-

- *Jacques Proulx é agricultor em Estrie. Ex-Presidente-geral da União dos produtores agrícolas do Quebeque, antigo vice-presidente da Federação Canadiana da Agricultura e presidente fundador de Solidariedade rural do Quebeque; conhece bem o modelo europeu de desenvolvimento rural.*

Contacto: www.solidarite-rurale.qc.ca

-

-

- [1] NDR: à hora de fecho da edição (10 de Outubro 2000), as modalidades desta política ainda não eram conhecidas.

[2] Cidade sede da Organização Mundial do Comércio (NDR).

Estónia: oito anos do movimento das aldeias KODUKANT

por [Mikk SARV](#),

Membro do conselho de administração do KODUKANT

O meio rural estoniano sofreu muito durante as duas primeiras décadas (1940-1960) de ocupação soviética. A partir dos anos 60, contudo, compreenderam em Moscovo que as competências e a capacidade dos agricultores estonianos para produzir leite e carne de qualidade eram um grande trunfo para a agricultura soviética, de forma geral pouco eficaz e mal organizada. Os produtores estonianos viram então a sua remuneração sensivelmente aumentada, mas as práticas agrícolas intensivas provocaram graves problemas ambientais, nomeadamente, em termos de poluição dos lençóis freáticos.

Na Estónia soviética, os rendimentos rurais eram em média superiores aos rendimentos urbanos. Várias empresas agrícolas estavam imbuídas de uma missão social, um pouco à imagem de uma autarquia: construção de piscinas, salas polidesportivas, casas de cultura, creches, por exemplo. Contudo, as iniciativas das populações locais eram

normalmente ignoradas por um poder gestor adepto de uma abordagem fortemente "descendente".

O movimento de independência do final dos anos 80, seguido da independência em 1991, após quase oito séculos de domínio estrangeiro¹⁰, foi acompanhado por uma visão romântica quanto à revalorização do meio rural, esperando-se reencontrar o modelo agrícola próspero dos anos 30. Começou-se por dividir as grandes quintas colectivizadas em muitas e pequenas explorações, mas ninguém previu o perigo: o jovem governo suprimiu os subsídios agrícolas e abriu completamente o mercado estoniano às importações agrícolas e agroalimentares, sem qualquer medida de protecção temporária. O que se traduziu, nomeadamente, pelo desaparecimento de cerca de dois terços dos empregos agrícolas em menos de dez anos. Hoje, a agricultura ocupa 7% da população activa estoniana.

Agricultores e comunidade rurais continuam a confrontar-se com enormes desafios. A imposição de direitos de importação sobre os produtos agrícolas foi obtida em Janeiro de 2000, após um rude combate político, e o comércio com a União Europeia encontra-se regulamentado desde Julho último (anteriormente, as importações de produtos alimentares provenientes da UE perturbavam em muito o mercado local, provocando uma queda constante no preço do leite ao produtor, que era pago a 0,08 EUR/litro em 1999).

Iniciativas locais

Diferentes programas de desenvolvimento estão a ser aplicados desde há cinco ou sete anos. Estão actualmente em vigor os sete seguintes programas:

- Programa para as zonas agrícolas em reconversão;
- Programa para as zonas industriais em reconversão;
- Programa para as ilhas;
- Programa de cooperação e de desenvolvimento transfronteiriços;
- Programa para a instalação em rede das cidades-pólos (a fim de reequilibrar o desenvolvimento entre a capital, Tallin, e as outras cidades do país);
- Programa para a região de Setomaa (destinado às autarquias deste território histórico com uma cultura particular, isolado no sudeste da Estónia);
- Programa para as iniciativas locais.

Este último programa é o mais modesto (210 000 EUR para o ano 2000) mas também o mais "ascendente". Iniciado em 1996 por KODUKANT, sob o nome de "Programa do Movimento das Aldeias" e dotado então de nada mais que 70 000 EUR para toda a Estónia, tem como objectivo o desenvolvimento de iniciativas propostas por particulares e associações de fins não lucrativos em meio rural: auto-emprego para jovens, turismo rural, estudos sobre a história e as tradições locais, apoio à instalação de cooperativas locais, desenvolvimento sociocultural das aldeias. Os projectos abrangem, por exemplo, a instalação de telecentros, a criação de percursos eco-turísticos, o recrutamento e formação de animadores de aldeia, etc.

Após um primeiro ano de funcionamento, o programa foi considerado, tanto pelos 15 condados como pelas autarquias que dele beneficiaram, como um dos melhores instrumentos de política regional. A dotação do programa aumentou de ano para ano. O número de projectos passou de 531 em 1997 para 970 este ano, mas o orçamento total atribuído deveria atingir pelo menos 1 milhão de EUR para poder responder de facto aos pedidos cada vez mais numerosos. Diga-se ainda que o Programa de Iniciativa local se apoia em grande parte no voluntariado e que a subvenção de que beneficiam os projectos serve de alavanca para obter outros financiamentos.

O "modelo KODUKANT"

Denominado desde 1996 como "Movimento Estoniano para as Aldeias e Vilas" ou "KODUKANT" (que significa em estoniano a zona, o território natal), foi lançado em 1992 por comunidades locais durante a grande crise que afectou o meio rural neste país. Foi inicialmente apoiado pelo Movimento das Aldeias Suecas "Hela Sverige Ska Leva" (Toda a Suécia deve viver) e pela Fundação sueca de ajuda ao desenvolvimento internacional.

O modelo de desenvolvimento daquele que foi desde o início denominado o "programa" KODUKANT articula-se em torno de três eixos: o apoio às iniciativas locais; o apoio às empresas comunitárias e às PME rurais; a instalação em rede e a cooperação a todos os níveis (do local ao europeu).

Estes temas são objecto de um debate de dois em dois anos, por ocasião de um "Parlamento Rural" em que participam muitas associações, mas também representantes dos sectores privado (empresários, agricultores, etc.) e público (autoridades locais e regionais) provenientes dos 15 condados da Estónia. Três parlamentos rurais já tiveram lugar desde 1996, estando o próximo previsto para Junho de 2001. KODUKANT está envolvido em diferentes programas e actividades:

- na Estónia: Programa para as iniciativas locais, sensibilização dos estudantes para o desenvolvimento local, promoção da produção agro-alimentar de qualidade, formação e criação de uma marca em eco-turismo, formação destinada aos autarcas e aos animadores locais, educação ambiental em meio escolar;
- ao nível internacional: programas PREPARE (Pre-accession Partnership for Rural Europe) e INSPIRE (Information sharing with European rural initiatives), participação na criação de uma rede internacional para o desenvolvimento sustentável "Forum Synergies", cooperação com redes rurais francesa (CIVAM), espanhola (CERAI) e britânica (East Anglia Food Link et Somerset Food Link).

Sinergias KODUKANT e LEADER

Graças à rede LEADER, os estonianos podem conhecer algumas experiências de sucesso desenvolvidas por comunidades rurais por toda a Europa e partilhar cooperação transnacional e intercâmbios de saber-fazer. A filosofia da Iniciativa LEADER é muito próxima dos princípios de KODUKANT e esperamos ter ocasião de cooperar no futuro.

Em troca, os estonianos podem ensinar aos "agentes de desenvolvimento" rurais como concretizar projectos com pouco dinheiro. Podemos também transferir a nossa experiência do programa para as iniciativas locais, ainda que este esteja ameaçado de desaparecer no próximo ano. É que decorre actualmente na Estónia uma reforma dos financiamentos públicos. Uma maneira de contornar a redução dos financiamentos seria lançar com os grupos LEADER uma rede transnacional. KODUKANT pode também "ensinar" a outros países como organizar Parlamentos Rurais. O que já fizeram a Hungria e a Eslováquia, que se inspiraram nos Parlamentos rurais sueco e estoniano.

*Biólogo e silvicultor de formação, **Mikk Sarv** trabalhou no domínio da conservação do ambiente e do património antes de se tornar conselheiro junto das autoridades do condado de Rapla.*

- **Contacto:**
Mikk Sarv,
Tallinna 14 79513 Rapla (Estonia).
E-mail: mikk@sarv.ee

[1] A Estónia perdeu a sua independência em 1219, tendo sido sucessivamente ocupada pela Dinamarca, Alemanha, Polónia, Suécia e Rússia; recupera-la-á em 1918, antes de cair de novo sob o domínio soviético, em 1940. A independência é finalmente restaurada em Agosto de 1991.

Agricultura e Desenvolvimento Rural no Japão

por [Yoshihiko OYAMA](#),
Director-Adjunto, The Japan Centre,
Universidade de Birmingham [Reino Unido]

O Japão tem uma população de cerca de 126 milhões de habitantes numa superfície (377 765 km²) apenas um terço maior do que o Reino Unido. Contudo, a topografia do país não permite que as terras aráveis representem mais de 13% da superfície, enquanto

a dimensão média das explorações é de apenas 1,6 ha. Cerca de 6% da população activa ocupa-se na agricultura, mas 48% dos empresários agrícolas têm mais de 65 anos.

A base da alimentação dos Japoneses continua a ser o arroz. Se a produção em grande escala se concentra nas terras baixas, as culturas em terraços cobrem uma grande parte das montanhas e representam uma paisagem cultural à qual os Japoneses se sentem profundamente ligados. Os terraços são também um meio eficaz para reter os recursos aquíferos e proteger das inundações as zonas urbanas situadas a jusante.

Apesar da pequena dimensão das explorações, os rendimentos agrícolas japoneses podem ser surpreendentemente importantes: muitos agricultores são especializados na cultura intensiva de legumes destinados ao gigantesco mercado urbano; alguns fruticultores são igualmente prósperos, graças a uma produção de muito alta qualidade.

Necessidade de desenvolvimento rural

As questões cruciais da política rural japonesa são a baixa sensível da auto-suficiência alimentar (que passou de 79% em 1979 para 41% em 1998, em termos de calorias) e o declínio das regiões isoladas. Estas sofrem um declínio demográfico e um envelhecimento da população, quando os jovens têm poucas oportunidades de retomar uma actividade agrícola ou de poder continuar a viver na terra natal. A proporção de terras deixadas incultas também aumenta. Este processo já foi desencadeado há muitos anos, mas os desafios tornaram-se cada vez maiores à medida que os japoneses iam aumentando o consumo de alimentos importados e, desde que os acordos do GATT reduziram os direitos aduaneiros, liberalizando assim o mercado do arroz.

A introdução da "Lei Fundamental sobre a Alimentação, a Agricultura e as Zonas Rurais" - em 1999 - constitui a mais recente tentativa para travar esta tendência negativa. Esta lei introduziu muitos conceitos novos, afirmando pela primeira vez o papel multifuncional da agricultura e a necessidade de uma efectiva política de desenvolvimento rural. O antigo sistema de apoio aos preços foi agora substituído pelo jogo da concorrência, mas a Lei reconhece que o mercado não pode por si só avaliar o valor da agricultura. Isto levou à introdução dos pagamentos directos aos agricultores das regiões desfavorecidas em troca do seu trabalho ao serviço da protecção dos recursos ambientais e culturais.

A Lei insiste também na necessidade de uma colaboração mais estreita entre agricultores e consumidores. Afirma a necessidade de sensibilizar os consumidores para as questões rurais e para o impacto dos seus hábitos alimentares sobre a auto-suficiência do país. Os Ministérios da Saúde e da Agricultura começaram a trabalhar em conjunto no domínio da dietética e preparam, por exemplo, um programa de computador que permite ao consumidor dosear as suas refeições quotidianas em função de um regime alimentar equilibrado e para melhorar o nível de auto-suficiência alimentar nacional.

Necessidade de novas fórmulas

No futuro, as regiões rurais desfavorecidas deverão contar mais do que nunca com uma colaboração entre a cidade e o campo. Experiências pioneiras não faltam: no Japão, operam muitos movimentos cooperativos, através dos quais as famílias urbanas adquirem alimentos saudáveis directamente de grupos específicos de agricultores. Estes movimentos são geralmente organizados por mulheres, preocupadas com a segurança alimentar da sua família e com a qualidade do ambiente. A rede mais avançada nesta prática é o "Seikatsu Club", que conta com cerca de 250 000 membros.

Um outro exemplo é dado por fórmulas do tipo "terraços de uso partilhado", onde os cidadãos investem em culturas em terraços para assegurar a sua manutenção. As condições variam mas, geralmente, os cidadãos pagam uma renda e cultivam arroz com a ajuda e os conselhos dos agricultores locais. Em troca, recebem o produto da colheita e vivem experiências novas. Foi constituída uma associação nacional para promover esta fórmula por todo o país.

Devemos explorar mais estes processos inovadores. No Japão, tentamos desde há muito tempo resolver os problemas agrícolas, investindo sempre mais dinheiro público na indústria... Isto provocou a cultura da dependência nos agricultores e uma tendência para isolar as questões, desencorajando qualquer diálogo e vontade de empreender.

A experiência japonesa começa a mostrar que a iniciativa pública não pode resolver por si só todos os problemas. São necessários novos mecanismos para promover o espírito de empreendimento e a inovação nas comunidades rurais. É também essencial que um amplo leque de actores se envolva e trabalhe em conjunto para desenvolver novas ideias e soluções.

As lições do LEADER

Através de seminários no Japão, publicações e visitas de especialistas e actores rurais japoneses na Europa, introduzi o LEADER no meu país. Considero que é um novo instrumento eficaz para conceber e realizar soluções inovadoras, que podem responder às necessidades das zonas rurais. O LEADER demonstrou que os problemas podem resolver-se de diferentes maneiras e que as comunidades rurais têm a capacidade de assegurar o seu próprio desenvolvimento, com a condição de disporem de oportunidades, redes, formação, aconselhamento, apoio financeiro e poderes necessários. O Japão tem necessidade de um programa similar e poderia aprender muito com o sucesso da experiência LEADER.

As políticas rurais da União Europeia e do Japão tendem cada vez mais a assemelhar-se. De ambos os lados, se visa o desenvolvimento sustentável, a manutenção de comunidades vivas e a melhoria da qualidade de vida para o bem do conjunto do país. De ambos os lados, se visa "responsabilizar" mais as economias rurais e reduzir o apoio

aos preços. De ambos os lados, se procura diversificar o tecido económico rural através de novas formas de agricultura e de novas actividades baseadas em recursos locais como o turismo rural, e repovoar o meio rural. De ambos os lados, se procura incentivar as iniciativas locais mais do que as intervenções "vindas de cima". É sem dúvida útil explorar o que os países da União Europeia e o Japão podem aprender uns com os outros para resolvermos os nossos problemas comuns.

Yoshihiko Oyama estuda desde há vinte anos as questões rurais, tanto no Japão como no Reino Unido. Coordena grupos de estudos japoneses na Europa, informa regularmente o público japonês sobre as iniciativas de desenvolvimento rural na Europa e adquiriu uma vasta experiência neste domínio devido ao seu envolvimento nos Groundwork Trusts britânicos, parceiros locais ao serviço do ambiente e do desenvolvimento sustentável. Tem um interesse muito particular pelo programa LEADER que, na sua opinião, constitui um modelo transferível para fora da Europa.

▪ **Contacto:**

*Yoshihiko Oyama, Deputy Director,
The Japan Centre, University of Birmingham,
Edgbaston, Birmingham B15 2TT (UK).
Tel.: 00 44 121 414 3304
Fax: 00 44 121 414 3270
E-mail: y.oyama@bham.ac.uk*

- O LEADER, instrumento para a diversificação económica a qualidade de vida no sudoeste da Irlanda - O Tigre Duhallow

*No contexto do elevado crescimento
que a Irlanda atravessa, os habitantes
e as empresas do Duhallow lançam
projectos económicos, sociais, culturais
e ambientais fortes e inovadores.*

*Objectivo: domar o "tigre celta" em
benefício do repovoamento e do desenvolvimento
deste território rural marginalizado.*

Aeroporto de Shannon. Painéis colocados sobre os torniquetes de bagagens convidam o viajante a "pousar a sua mala e começar uma nova vida", encontrando trabalho na Irlanda através de um novo site Internet de ofertas de emprego. Uma publicidade como esta teria parecido surrealista há dois ou três anos atrás: o quê? a Irlanda - que durante quase dois séculos viu uma grande parte dos seus filhos partir para paragens mais

clementes, procura agora mão-de-obra! Sem nos determos aqui sobre o famoso "milagre económico irlandês", sobre o qual a imprensa já falou muito, recordamos alguns números particularmente impressionantes: uma taxa de crescimento anual de 8%, em média, nos seis últimos anos, uma taxa de desemprego em queda livre (17% em 1994; 4,3 em 1999) com 700 000 empregos criados em dez anos, um rendimento por habitante que ultrapassa agora o Reino Unido, a transformação de um país "adormecido", visto até como "atrasado" aquando da sua entrada na União Europeia, em país "high tech", que fabrica hoje 60% dos programas informáticos comercializados no Velho Continente[1]...

"O 'tigre celta' não beneficia todas as regiões do país", afirma Derry Fitzpatrick, presidente da agência de desenvolvimento IRD Duhallow, grupo de acção local LEADER (GAL). "Trata-se de um fenómeno sobretudo urbano que beneficia em primeiro lugar Dublin, Cork, cidades médias situadas nos grandes eixos e zonas costeiras de fácil acesso. Para as zonas rurais como a nossa, é uma faca de dois gumes: claro, como em todo o lado, as nossas empresas tiram lucro - o sector da construção, por exemplo, está também aqui em plena expansão - mas o milagre económico acentua o êxodo dos jovens. O 'tigre' leva-nos as forças vivas..."

E forças vivas, Duhallow[2] não tem muitas: a população deste território muito rural, nos confins dos condados de Cork e de Kerry, tem diminuído constantemente nestes últimos vinte anos. A taxa de dependência é considerada aqui muito elevada: 18,4% das famílias são formadas por indivíduos ou casais idosos, uma proporção importante no contexto da Irlanda. Um terço dos activos são agricultores, "mas por quanto tempo ainda, no que respeita a muitos deles?", questiona-se Mary Burns.

Mary não está inquieta com o seu próprio futuro: ela e o marido converteram a sua exploração de 90 ha na produção de queijo de quinta, desde 1973. Com grande espírito de exportação, Eugene Burns rapidamente começou a comercializar - para França, e depois Grã-Bretanha, Itália, Holanda e Espanha - o seu excelente queijo de pasta meio-mole. "Até à campanha internacional contra o leite cru", lembra Mary. "Aí tivemos que escolher e aceitar perder o mercado francês, optando pela pasteurização. Em 1998, o LEADER ajudou-nos a equipar-nos para esse efeito e a aumentar as nossas instalações." Segundo Mary, a qualidade e o gosto do seu queijo continuam intactos, enquanto a produção passou de 14 para 40 toneladas, com o benefício suplementar do mercado americano e dois prémios prestigiosos obtidos em 1999 no âmbito do "British Cheese Award" (Prémio Britânico do Queijo): os de "melhor queijo irlandês" e "melhor queijo europeu de pasta meio-mole". Estão actualmente assegurados 8 empregos a tempo inteiro na quinta e na queijaria.

Diversificação, inovação, realocização

É preciso reter as forças vivas e, no que diz respeito à agricultura, a palavra de ordem em Duhallow, como por toda a Irlanda, é "diversificação". Uma grande parte do orçamento LEADER é a isso dedicado. O mais notável, contudo, é o carácter geralmente inovador das novas actividades escolhidas pelos agricultores locais para

diversificar: os Hickey viram baixar perigosamente os rendimentos da sua exploração leiteira. Um dos seus conhecidos, que recentemente inventou e registou mundialmente um modelo revolucionário de bermas de passeio para facilitar a evacuação das águas pluviais, propôs a Billy Hickey o fabrico deste produto que combina zinco e cimento. O LEADER permitiu que o agricultor transformasse uma granja desafectada em unidade de produção que está, desde há pouco, a montar 300 elementos "Drain-O-Kerb", por semana, o que criou dois novos empregos e aumentou o rendimento do casal. "A assistência técnica da IRD Duhallow, o LEADER que serviu de financiamento de arranque, e a abertura de espírito da união mútua local de crédito foram determinantes para nós, sublinha Billy, que ainda confessa: "Não posso dizer que, a curto prazo, esta actividade não substituirá pura e simplesmente a nossa actividade agrícola; o mercado é imenso, com a construção de todas estas novas estradas e a expansão urbana de Dublin..."

"Tornámo-nos 'lavradores de Sábado à tarde', pois a exploração não tinha futuro...", relembra James O'Sullivan, 45 anos, que, após o falecimento do pai, transformou a quinta familiar numa empresa de mobiliário de madeira para jardins, e que fabrica uma ampla gama de produtos: pérgolas, vasos de flores, cabanas para crianças, poleiros para aves, etc. "Fingerprints Wood Products" triplicou o seu volume de negócios entre 1996 e 1999. "As margens são elevadas - entre 45% e 65% -, tanto mais que toda a madeira é valorizada, sendo os últimos detritos aproveitados para produzir e vender acendalhas", explica James. Tendo participado em cinco formações (gestão, marketing, etc.) organizadas pela IRD Duhallow, também ele sublinha a qualidade da assistência técnica prestada pelo grupo LEADER e insiste na importância do enraizamento local das empresas: "uma diversificação sustentável deve inscrever-se nos recursos do território."

James, que emprega actualmente três jovens dos arredores, sabe do que fala: cientista em agro-alimentar, ficou desempregado depois da deslocalização da empresa onde trabalhava. "Calculei que dos 665 000 euros injectados pelo LEADER II em projectos de empresários, cerca de 260 000 não deixaram a zona mas foram aplicados directamente noutras empresas locais, sob a forma de fornecimento de bens ou de serviços", afirma Lorraine Singleton, agente de desenvolvimento LEADER.

"Sem o LEADER, não creio que nos tivéssemos instalado em Kanturk, ainda que me sinta profundamente ligado ao meu lugar de origem", considera Patrick Buckley, representante dos Community Councils no conselho de administração da IRD Duhallow e portador de um projecto que visa a reinstalação parcial de uma empresa inovadora no "rural profundo". EPS é uma empresa familiar fundada em Kanturk (1700 hab.) em 1968, mas transferida em 1975 para Mallow, uma das cidades irlandesas médias, bem situada nos eixos rodoviários. Com 130 empregados, esta sociedade especializou-se no tratamento de águas usadas. Em colaboração com um parceiro americano, o EPS desenvolveu um modelo de fossa "aeróbica", muito mais ecológica que a habitual fossa "séptica". Patrick convenceu a sua empresa a desenvolver o produto em Kanturk. "O projecto interessou-nos muito", explica Lorraine Singleton. "Para o LEADER II, faltavam-nos projectos concretos no domínio do ambiente; o pedido do EPS chegou no momento certo e concilia gestão de detritos e criação de emprego." O LEADER contribuiu com 19 000 euros para a construção de uma unidade de fabrico destas fossas, que emprega actualmente quatro pessoas a tempo inteiro. Dois factores tornam Patrick Buckley muito optimista: o "boom" da construção na Irlanda e a aplicação das directivas europeias sobre o tratamento das águas e dos detritos. "A curto prazo, o nosso

objectivo é montar 500 fossas por ano, ou seja um volume de negócios de 1 270 000 euros, mas projecções recentes avaliam a procura, apenas no mercado irlandês rural, em 5 500 unidades anuais nos próximos quatro ou cinco anos. Façamos os cálculos..."

O pátio de recreio dos mais crescidos

Além de uma capacidade muito particular que parecem ter os empresários locais para valorizar as inovações, outra coisa surpreende o visitante: paralelamente a sectores de actividade habitualmente presentes em meio rural (agro-alimentar, construção, transportes, serviços de proximidade), Duhallow alberga várias empresas que imagináramos antes instaladas nos arredores de uma grande cidade e não neste canto descentrado da Irlanda: sedeada em Rockchapel (450 hab.), a ADA Ltd. monta e distribui para todo o país sistemas de alarme. Empregando uma vintena de pessoas "recrutadas localmente", precisa o seu dirigente, Pat O'Connor -, a empresa obteve uma ajuda LEADER II de 65 000 euros para a construção de uma unidade de fabrico de alarmes e uma estação de vigilância à distância, dois projectos que deverão criar 9 empregos suplementares. "A renovação do aeroporto de Shannon oferece grandes perspectivas, explica Pat O'Connor, mas até ao ano passado, antes da ajuda LEADER, não nos podíamos aventurar neste tipo de mercado. O LEADER permitiu-nos entrar no pátio dos mais crescidos."

"Brincar no pátio dos mais crescidos" é o que faz também, desde há muitos anos, Avonmore Electrical Ltd., uma empresa que não parou de crescer desde a sua fundação em 1958. Lançada por Jerry Sheehan na sua pequena oficina de Millstreet (1500 hab.), esta sociedade tornou-se líder no acondicionamento de motores eléctricos na Irlanda. Líder graças ao LEADER: uma ajuda LEADER I de cerca de 95 000 euros permitiu-lhe equipar-se com material mais produtivo, satisfazendo a norma de qualidade ISO 2002 e podendo assim responder a contratos mais importantes (teste e manutenção de motores muito mais pesados). Uma ajuda LEADER II - de 63 500 euros - permitiu-lhe agora assegurar a manutenção e reparação dos motores de locomotivas. Resultado: os Caminhos-de-Ferro irlandeses já não enviam os seus motores para a Grã-Bretanha ou Estados Unidos para acondicionamento e o número de empregados da Avonmore Electrical passou de 53 para 67 entre 1998 e 1999, e deverão ser criados 9 postos suplementares dentro de pouco tempo.

"Trata-se de empregos altamente qualificados, remunerados, em média, 30 000 euros por ano, ou seja, uma massa salarial de cerca de 2 milhões de euros injectados na economia local em 1998, sem contar com algo como 380 000 euros gastos por ano localmente em aquisição de bens e serviços", indica Pat O'Sullivan, director técnico e de vendas. Também aqui é surpreendente a dimensão da fábrica e a sua instalação "no meio do nada", ou melhor, no meio de um magnífico espaço verde de 5,5 ha perto de Kanturk.

Parques rurais

Talvez mais do que a sua fábrica, é a salvaguarda da natureza a grande paixão de Jerry Sheehan, por si só um "animador de Duhallow": Jerry é, com efeito, não apenas o fundador da Avonmore Electrical mas também, em 1989, da IRD Duhallow, agência que hoje, com uma equipa de 13 animadores, gere muitos programas de desenvolvimento nacionais e europeus. Mas Jerry é também um "líder" a outros níveis: apaixonado pelo seu cantinho da Irlanda, grande amador de pesca e boa carne, este "self made man" investiu num projecto quase louco. Em 1973, comprou 203 ha de terrenos arenosos e pantanosos em redor do monte Musheramore (612 m), e lançou-se na criação de veados e depois concebeu - entre 1986 e 1991 - o que está a tornar-se na maior atracção de Duhallow, o "Millstreet Country Park" [3], um espaço ecológico provavelmente sem equivalente na Europa. Aberto ao público desde 1995, este parque é um verdadeiro microcosmos da "paisagem cultural" [4] irlandesa. Podemos descobrir uma parte do local em minibus, mas o visitante menos apressado poderá percorrer os muitos percursos pedestres. Além da observação de mais de 700 veados e outros animais, poderá admirar diferentes jardins e um arboreto, meditar diante de um círculo de megalitos da Idade do Bronze, pescar num lago, participar em passeios pedagógicos e em conferências, consultar uma imponente biblioteca naturalista, etc. Um centro de acolhimento e de interpretação, dotado de sala de projecção, restaurante e coreto de música, completam este conjunto, que exigiu investimentos da ordem dos 3,8 milhões de euros, na maioria privados. O LEADER II participou com 38 000 euros, principalmente em acções de promoção. Com trinta empregos criados e um aumento constante de visitantes (40 000 entradas em 1999, + 35% durante o primeiro semestre 2000 [5]), Millstreet Country Park é uma realização particularmente estruturante para esta pequena parcela da Irlanda. "O Centro de Formação Alimentar foi o nosso projecto "farol" no âmbito do LEADER I (NdR: ver caixa), o parque é a figura de proa do nosso programa LEADER II", resume Maura Walsh, directora da IRD Duhallow.

O Millstreet Country Park ilustra, de certo modo e em grande escala, um processo em curso na maioria das comunidades da zona: a transformação de edifícios não utilizados e de terrenos ao abandono em espaços de cultura, verdura, lazer e convívio. E dada a ausência de poderes públicos locais à escala mais pequena, sendo o condado a menor autarquia estruturada na Irlanda, tudo assenta em associações, trabalho voluntário e, frequentemente, o programa LEADER. Citemos Banteer (600 hab.), onde três "community groups" converteram uma antiga escola em teatro, enquanto outros se associaram para transformar em jardim público as margens de uma charca há muito tempo abandonada. O mesmo se passa, ali a dois passos, onde os habitantes de três aldeias limpam as margens e também o leito da respectiva ribeira, tornando-a atractiva para a pesca e o passeio.

Na localidade de Kiskeam, considerado um dos mais antigos povoamentos da Irlanda, uma iniciativa dos locais transformou uma antiga lixeira em "Parque da Idade do Bronze", instalando aí esculturas megalíticas. Em New Market (3 000 hab.), foi a associação de criadores de cavalos que arranjou um espaço de multi-lazer... É, com efeito, cada aldeia que beneficia de uma operação de renovação com a ajuda do LEADER.

"Kanturk detém o triste recorde do envelhecimento na Irlanda", lamenta Frank Healy, um outro "líder" local que desde há 40 anos se dedica voluntariamente, com alguns

amigos, a manter o principal espaço verde da sua pequena vila. "A nossa satisfação é ver cada vez mais jovens famílias que continuam a viver aqui e, desde há algum tempo, a instalarem-se aqui. Esta qualidade de vida que procuramos atingir, valorizando os recursos mais positivos das aldeias, é uma questão fundamental para o futuro desta região e o LEADER dá-nos os meios para o conseguir."

Música

"É um serviço digno de uma cidade importante", regozija-se Christine O'Shea, directora de uma escola primária, membro do conselho de administração do GAL e música infatigável. Com a ajuda do LEADER, criou na sua casa, a alguns quilómetros de Nead (500 hab.) uma escola de música frequentada por cem pessoas, jovens e adultos. "Mais do que uma simples escola de música, tornou-se um local de encontro para os jovens, mas também para os pais, em suma, um verdadeiro clube social para toda a aldeia."

A música é outro (o principal?) trunfo que Duhallow pretende jogar. A comunidade de Castlemagner (1400 hab.) monta, desde 1994, comédias musicais de qualidade profissional. Aqui, sob a direcção de um jovem da localidade, Neil Moylan - que tinha 15 anos quando se iniciou em 1994! -, uma centena de aldeãos transformam-se em outros tantos cantores, comediantes e figurantes, para interpretar "Música no coração" (1994), "Joseph and his Amazing Technicolor Dreamcoat" (1996), "My Fair Lady" (1997) ou "Me and My Girl" (2000), uma iniciativa já laureada pela Ópera de Cork, que convidou o grupo para várias apresentações, um facto inédito na Irlanda relativamente a amadores.

"Tínhamos um sonho desde há dez ou quinze anos, mas não o podíamos realizar... Foi apenas com o LEADER que pudemos pôr tudo isto em prática!", relembra Jack Roche ... de Rockchapel(!). O nome da aldeia soa a uma música dos U2, mas o presidente da associação "Bruach Na Carraige" (O Som dos Rochedos) não é um admirador incondicional dos grupos rock irlandeses. Jack é mais um purista: "Foi aqui, em 1583, que se encontrou a primeira partitura escrita de música irlandesa. Podemos dizer que a nossa região, o 'Sliabh Luachra' (NdR: Montanhas dos Regatos) é o berço da música irlandesa. A vocação do nosso centro é preservar esta herança, o repertório dos séculos XVII, XVIII e XIX. A música irlandesa dita 'tradicional', que ouvimos um pouco por todo o lado, é de facto muito mais recente e muitas vezes desvirtuada. Procuramos aqui salvaguardar a música irlandesa autêntica e as danças que a acompanham. Os jovens que frequentam o centro são verdadeiramente os únicos na Irlanda a tocar ainda esta música e a dançar estas danças." Além da conservação activa deste património, o objectivo é atrair um turismo especializado, proveniente do mundo inteiro, graças, entre outros, às 400 associações de música irlandesa espalhadas pelo planeta. Alguns grandes momentos para Jack e a sua associação: a atribuição de uma subvenção LEADER de cerca de 70 000 euros (metade dos custos do projecto), uma reportagem na televisão japonesa sobre o Centro, a inauguração oficial deste em Junho de 1999 pela Presidente da Irlanda, Mary McAleese e, sobretudo, a alegria de ver diariamente várias dezenas de jovens de Duhallow ocuparem os seus tempos livres de maneira apaixonante.

Então, é de "pousar a mala e começar uma nova vida"... em Duhallow ou noutras zonas rurais da verde Irlanda? Mas o que sucede aos que se encontram já aqui e ainda não fizeram a sua mala? Jerry Sheehan tem uma ideia: "Tivemos grande dificuldade em recrutar localmente e em manter mais de dois anos os nossos engenheiros e técnicos. Contudo, a Irlanda rural está cheia de futuro, a qualidade de vida melhorou nitidamente e existem empregos formidáveis para os jovens que pretendam continuar no campo... Mas é preciso que isto lhes seja dito. Toda a gente deve estar envolvida, a começar pelos professores. É preciso que apresentem aos alunos do secundário as possibilidades bem reais que têm de viver e trabalhar aqui. O LEADER+ deverá prever acções fortes junto dos professores; subestima-se muito o papel que estes podem desempenhar no desenvolvimento local..."

[1] Fonte: Robert Kuttner in "Business Week",
Julho de 2000, e John Murry Brown in "The Financial Times",
23-24 Setembro de 2000.

[2] A zona LEADER corresponde mais ou menos
à antiga baronia de Duhallow, daí o seu nome

[3] <http://www.cork-guide.ie/millstreet/park.htm>

[4] Sobre o conceito de "Kultur Landschaft"
("paisagem cultural"), ver LEADER Magazine n.º24 p.16.

[5] O "patamar de rendibilidade" foi
estimado em 50 000 entradas.

- Formação, inserção e serviço de proximidade: O Centro de Formação Alimentar de Duhallow

*Com o LEADER I, a agência IRD Duhallow
lançou em 1994 um "Food Training Centre"
- que conjuga solidariedade,
desenvolvimento económico, formação,
inserção socioprofissional e serviços aos idosos.
Uma realização que já foi disseminada
um pouco por toda a Irlanda.*

"O primeiro passo, aquele que custa mais, é sair da sua casa e pôr-se enfim a fazer qualquer coisa para si mesmo.". Marie Fenlon, responsável pelo Centro de Formação Alimentar de Duhallow gosta de utilizar esta fórmula quando fala dos seus estagiários: "O nosso grupo-alvo são as mulheres, frequentemente em dificuldade, que nunca trabalharam fora de casa." Em 1993, no âmbito do programa EUROFORM, a IRD Duhallow conseguiu que o National Food Centre (Centro Nacional da Alimentação)

organizasse uma formação em higiene alimentar destinada a dez pequenas empresas locais (produtores de pratos preparados, proprietários e fornecedores de restaurantes, etc.).

Incentivada pelo sucesso da operação - as 10 empresas ainda se mantêm e até prosperaram -, a agência decidiu então perenizar a iniciativa, criando um Centro de Formação Alimentar que abrange quatro "unidades de incubação" e instalações que facilitam a organização de formações de qualquer tipo. O LEADER I permitiu a concretização deste projecto.

Aberto em Junho de 1994, o Centro está instalado no coração da aldeia de Boherbue. Assegura em permanência a formação de uma dezena de estagiários e produz anualmente cerca de 5 800 pratos preparados, distribuídos diariamente num raio de 25 quilómetros por uma rede de trinta voluntários. Uma subvenção do Ministério da Saúde permite a venda destas refeições a um preço módico de 3,5 euros.

"De um projecto puramente económico à partida, o Centro de Formação Alimentar evoluiu para um conceito muito mais social, dada a natureza dos seus empregados e o carácter da sua clientela", estima Maura Walsh, directora da IRD Duhallow. "Podemos mesmo falar de serviço sanitário: muitas pessoas idosas vivem sós e não têm meios materiais e físicos de prepararem refeições equilibradas. O Centro de Formação Alimentar participa na tendência geral em gerontologia, que visa manter os idosos o mais possível no seu domicílio, velando sempre pela sua saúde da melhor maneira possível."

Quatro outros grupos LEADER irlandeses reproduziram o modelo deste Centro no respectivo território.

LEADER DUHALLOW

Superfície do território: 650 km²

População: 25 475 habitantes

Financiamento LEADER II: 5 869 000 EUR

UE: 2 391 000 EUR

Outros fundos públicos: 1 025 000 EUR

Privados: 2 453 000 EUR

IRD DUHALLOW Ltd.

c/o Maura Walsh, Manager,
James O'Keeffe Institute,
IRL-New Market (Co. Cork)
Tél: +353 29 60 633
Fax: +353 29 60 694
E-mail: duhallow@tinnet.ie

● O LEADER em Livradois-Forez (Auvergne, França): Um "mais" para o Parque

Os "Parques Naturais Regionais" franceses funcionam segundo princípios - abordagem territorial e integrada do desenvolvimento, parcerias, trabalho em rede, etc. - idênticos em muitos pontos aos do LEADER. A Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural permite, contudo, aos Parques que dela beneficiam, ir ainda mais longe, facilitando o seu trabalho de animação do território, exploração de novas vias, apoio às inovações e a tomada de risco que daí decorre. A prova é dada pelo Parque Livradois-Forez em Auvergne.

Perguntem a qualquer motoqueiro se conhece Cunlhat e terá fortes probabilidades que vos responda afirmativamente. Esta localidade de 1 400 habitantes acolhe desde há 12 anos o mais importante encontro de motos Harley-Davidson da Europa. Em Agosto último, 23 000 "bikers" concentraram-se em Cunlhat para participarem no "Free Wheels"^[1]. "A maioria deles invadiu a aldeia no último momento. Muitos esperam o início da manifestação nas proximidades. O encontro dura cinco dias, mas todos os alojamentos num raio de trinta quilómetros ficam ocupados uma boa semana antes e depois do acontecimento, o que é excelente para o comércio local". Annie Chalet, que gere uma pensão em Olliergues, a alguns quilómetros de Cunlhat, faz parte dos adeptos de Free Wheels. Isto porque, ainda que não exista uma oposição declarada, nem toda a gente partilha a mesma opinião sobre o acontecimento: é que, para além do sentimento de insegurança que acompanha, em qualquer sítio que seja, um encontro de motos, Cunlhat não está exactamente situado num subúrbio de Paris - ou, melhor, de Nice, que acolheu o primeiro Free Wheels, em 1987, e o recusou de seguida -, mas em meio rural profundo, e mais ainda, no coração de um Parque Natural Regional. "Isto não é exactamente desenvolvimento 'sustentável', reconhece o autarca de Cunlhat, Henri Rigal, mas, em doze anos, nunca houve problemas sérios e o acontecimento é importante para a redinamização da zona. Sabe, é que aqui tudo se ia embora, os jovens, o dinheiro... Este ano, o Free Wheels atraiu 60 000 visitantes. Os seus efeitos económicos foram avaliados em mais de um milhão de euros por ano para a autarquia e cerca de seis milhões para a região... "

E não se acuse Henri Rigal de ter uma visão puramente contabilística do desenvolvimento local! O conceito de 'desenvolvimento sustentável', conhece-o ele bem e a ele aderiu: presidente do Syndicat Intercommunal du Pays de Cunlhat em 1982, foi um dos que levaram até ao fim a ideia de criar um Parque Natural Regional, associando dois territórios de Auvergne em declínio, o Livradois e a vertente ocidental dos montes do Forez a este do Maciço central. A vontade de revitalizar estes "territórios" conduziu, em 1986, à criação do Parque Natural Regional Livradois-Forez. 180 autarquias aderiram até agora à sua carta^[2], cujo principal objectivo é "conciliar a valorização do património natural, cultural e etnológico e o desenvolvimento económico e social da região".

Lógica LEADER

"Um vasto território de média montanha (mais de 3 000 km²), Livradois-Forez não é a Auvergne mais conhecida, a dos vulcões", explica Jacques Fournier, director do Parque. "Trata-se da Auvergne granítica, cuja terra pobre alimentou, contudo, até ao fim dos anos 1880, uma das densidades populacionais mais elevadas do Maciço Central. A população era tão numerosa que não podia alimentar-se das parcelas cada vez mais pequenas, devido às partilhas sucessivas. Para abreviar, digamos que foram encontradas três respostas a esta dificuldade de sobrevivência: o êxodo temporário (logo que os grandes trabalhos do campo terminavam, os homens iam trabalhar noutras regiões de França, como serradores de troncos, vendedores ambulantes, trapeiros, etc.); o trabalho ao domicílio (cutelaria, tecelagem, montagem de rosários) para obter um rendimento complementar; e por fim, o êxodo definitivo. Deste êxodo resultou o esvaziamento desde espaço rural, em apenas três gerações, das suas camadas etárias jovens, e em proporções tais que provocou um traumatismo colectivo cujos efeitos ainda hoje não podem ser medidos inteiramente. Em muitos municípios rurais, a população ficou reduzida a 1/10! Daí resultou uma pirâmide de idades muito envelhecida, uma população fatalista, que já não acredita na possibilidade de construir o futuro localmente, que renunciou maioritariamente a empreender para o benefício das gerações futuras... "

"Um relatório publicado no final dos anos 70 declarava que a região estava em declínio", sublinha Eric Cournut, director-adjunto e responsável LEADER do Parque. "No alto das montanhas, os activos agrícolas tinham diminuído para metade em 10 anos e no vale de Dore, eixo vital da zona, as empresas industriais estavam afectadas pela crise económica... O Sindicato dos Municípios mobilizou-se e, sem esperar pela criação do Parque, criou uma equipa de animadores. No início dos anos 80, adoptámos uma 'lógica LEADER': iniciar e acompanhar acções de desenvolvimento local, reagrupar as forças vivas do território, criar redes locais... "

"Em paralelo, pudemos assim 'narrar' o território", acrescenta Jean-Pierre Fournioux, encarregado de missão sobre "os" patrimónios. "Antes de 1986, a associação dos dois nomes 'Livradois-Forez' não existia. Foi ao trabalhar em profundidade sobre os patrimónios - naturais, históricos, económicos, sociais, culturais - que conseguimos mostrar que as zonas abrangidas já tinham entre si ligações socioeconómicas e mesmo afectivas muito estreitas. Foi necessário em seguida construir uma imagem, obter um reconhecimento externo..." Podemos dizer que este reconhecimento está, desde já adquirido: em Maio de 2000, a partir de investigações do Parque co-financiadas pelo LEADER, o prestigiado editor francês Gallimard publicou um guia turístico completo sobre o território.

"A região é uma 'montanha-oficina'", explica Brigitte Liabeuf, conservadora do Museu da Cutelaria em Thiers. "A água do Dore alimentava lagares de azeite, azenhas e serrações, mas também e sobretudo fornecia a energia necessária às forjas da cutelaria. É, com efeito, o fabrico de facas e canivetes, actividade que se pratica aqui há cinco séculos, que está na origem da nossa forte tradição industrial." E esta indústria

tradicional disseminou-se por outros sectores: produzindo ainda hoje 70% da produção francesa de cutelaria, Thiers viu muitas das suas forjas tornarem-se subcontratantes da indústria automóvel, enquanto a confecção de cabos de faca dava origem a uma dinâmica indústria de moldes plásticos; mais a sul, em Ambert, o fabrico de atacadores e rosários levou à trefilaria e aos cabos industriais, sectores em que muitas PME locais são líderes francesas e mesmo mundiais.

"Se juntarmos uma tradição secular de pluriactividade em zonas mais rurais, existe aqui uma forte cultura de empresa", considera Eric Cournut. "São contudo empresas de pequena dimensão e activas na subcontratação. Estão pois à mercê da concorrência e têm que ser constantemente inovadoras. E também aí, o LEADER pode intervir."

E o director-adjunto do Parque resume o percurso dos "actores do desenvolvimento" de Livradois-Forez desde há quinze anos: "Entre 1986 e 1991, o Parque foi financiado unicamente pelas autarquias, pelos dois conselhos gerais dos departamentos abrangidos pelo Parque (Puy-de-Dôme e Haute-Loire), pelo Conselho Regional de Auvergne e pelo Estado, responsável pela designação 'Parque Natural Regional'. E depois chegou o LEADER, o que nos deu asas. O LEADER I permitiu-nos reforçar consideravelmente a nossa engenharia e o nosso trabalho de animação. Pudemos contratar 6 animadores. Em 1996, o LEADER II alargou a nossa parceria, que se abriu às 20 associações de municípios do território e às câmaras consulares, que foram ligadas directamente à gestão do programa. A nova carta do parque, em 1998, proporcionou a oportunidade para uma vasta consulta local (com a participação de 3 000 pessoas), o que reforçou em muito as parcerias locais. Actualmente, a nossa proposta LEADER+ visa abrir a gestão do programa - e não apenas as acções - ao mundo associativo. Mas, de uma maneira geral, a grande oportunidade do LEADER foi poder financiar acções inovadoras 'de risco', aquelas com que sonhávamos mas que ainda não tínhamos tido possibilidade de pôr em prática."

Na totalidade, foram mais de 200 acções que o Parque terá realizado com o LEADER II, com um custo total médio por acção (fora a animação) de 20 000 euros, dos quais um terço financiado pela Iniciativa. E cada uma destas acções insere-se numa das quinze operações colectivas que o Parque iniciou: organização da gestão do espaço (ver LEADER Magazine n.º 15), concurso para a criação de empresas, criação de um fundo de consultoria destinado às empresas e poderes locais, apoio às redes culturais e turísticas (instalação de uma "Rota dos Ofícios" que liga cerca de quarenta artesãos locais, rede de hoteleiros, etc.) Para esta reportagem, os responsáveis do Parque quiseram sobretudo destacar três destas operações LEADER: o apoio à competitividade ambiental das empresas locais, a acção do Parque junto do público escolar e a reconquista do espaço e das paisagens.

Empresas e ambiente

"Os anos 90 foram a década da qualidade, os anos 2000 serão a das normas ambientais", gosta de repetir Etienne Clair, encarregado de missão para o desenvolvimento económico. O Parque e as câmaras consulares de Livradois-Forez empreenderam em

1998 uma acção para ajudar as empresas a adaptarem-se às novas normas e certificações, e estimulá-las a considerarem o ambiente nos seus processos de fabrico e na sua estratégia de desenvolvimento. Não se trata apenas de respeitar o ambiente, mas também de o encarar como um factor de competitividade para a empresa. Para isso, o instrumento LEADER foi utilizado em três etapas: o financiamento completo de um "pré-diagnóstico" ambiental da empresa; o financiamento parcial (50%) de uma eco-auditoria mais aprofundada; por fim, o co-financiamento dos investimentos a efectuar recomendados pela auditoria. Dois exemplos:

A sociedade Arno Industrie (20 empregados), que fabrica uma larga gama de instrumentos manuais (corta-sebes, chaves inglesas, etc.), utilizava banhos com sais químicos para mergulhar o aço. A auditoria LEADER propôs a substituição deste procedimento - perigoso para o pessoal e nocivo para o ambiente - pela fórmula moderna de tempero por alta frequência térmica.

Depois da auditoria ambiental, a empresa passou a reter os seus efluentes poluentes e renunciou a efectuar ela própria os tratamentos de superfície (niquelagem, cromagem), entregando estas operações, a partir de agora, a um subcontratante especializado, cujas instalações estão conformes às normas.

Uma quarta recomendação dizia respeito à eliminação do pó na atmosfera de uma oficina: o LEADER financiou a aquisição de um aspirador industrial, assim como a replantação dessa oficina numa outra parte da fábrica. Custo da operação: 50 000 euros, dos quais 8 000 fornecidos pelo LEADER. Arno Industrie é uma das 6 empresas, das 34 participantes na operação, que foram até ao fim do processo (pré-diagnóstico/auditoria/investimento).

"Os clientes ainda não exigem o respeito pelo ambiente, mas prefiro antecipar; é uma questão de imagem e de credibilidade", declara o presidente Pascal Jodas, que retomou recentemente esta sociedade. A eco-auditoria foi também motivada pela necessidade de tranquilizar o anterior proprietário da empresa sobre o plano ambiental[3].

Quanto à sociedade 2CA (96 empregados), que fabrica todos os tipos de objectos em poliéster (evacuadores de fumo, mobiliário urbano, cabinas telefónicas de auto-estrada e até "narizes" de TGV (comboios de alta velocidade, NdT), foi simplesmente o mercado que a levou a empreender uma auditoria ambiental, para finalmente investir num regenerador de solventes e inventar, a partir do zero, um dispositivo de tratamento de detritos. "A acção LEADER constituiu um avanço, mas agora o impulso resulta de quem nos faz encomendas, das empresas-mãe e dos clientes, que entraram nas lógicas de respeito pelo ambiente", explica o jovem director da empresa, Gilles Duissard.

"Os fornecedores são obrigados a aderir a este processo. O respeito pelo ambiente por parte das empresas é agora ditado pelo mercado. Os nossos clientes alemães, por exemplo, passaram a auditoria a pente fino, e sem dúvida que isso contribuiu para a obtenção do contrato de Shanghai..." O contrato em questão é nada mais nada menos que o fabrico dos bancos do novo metro da grande cidade chinesa.

Actualmente, a exemplo de outras empresas "boas alunas" no Livradois-Forez, 2CA lançou-se num projecto a longo prazo: a obtenção da norma ISO 14001, que certifica o controlo do ambiente por parte da empresa.

Turismo juvenil

Sem atingir ainda a actividade da Auvergne dos vulcões, o turismo está a desenvolver-se no Livradois-Forez. Mas a estação é curta. Para a prolongar, o Parque pretende cativar os jovens e as escolas. "A noção de turismo 'jovem' é relativamente recente", realça Benoît Barres, encarregado de missão para o turismo.

"Até ao fim da década de oitenta, as expectativas deste grupo etário eram raramente consideradas no turismo rural. Os prestadores não souberam adaptar-se às evoluções da procura. Alguns até oferecem produtos interessantes (comboio, museus, etc.), mas falta quase sempre uma adaptação pedagógica adequada. Esta clientela é, contudo, um bom potencial a desenvolver, permitindo a sua sensibilização desde a mais tenra idade para os problemas do ambiente e dos patrimónios natural, cultural, industrial, arquitectónico e humano. É uma clientela turística particular que está a adquirir um peso económico importante. Pode ser também marcante em termos de imagem e fidelização. Ao organizar, por exemplo, aulas de descoberta, pode divulgar-se a oferta do território aos pais e, a longo prazo, continuar a receber os antigos estudantes já adultos. Permite, enfim, alargar a estação turística, nomeadamente fora das férias escolares."

O Parque pretende, pois, que Livradois-Forez seja reconhecido como um destino juvenil, sensibilizar os jovens para o ambiente e o património, ajudar à constituição de uma oferta turística coerente neste domínio, destacando a identidade e as riquezas do território e valorizando as especificidades "natureza" e "saber-fazer". Com o LEADER, foi conduzida uma acção neste sentido, em três tempos:

- foram efectuados um diagnóstico global e um estudo de mercado do turismo juvenil durante o Inverno de 1996/1997;
- definiu-se uma estratégia e um programa de acções entre 1997 e Março de 1998. Foram seleccionados dois eixos de trabalho: desenvolver o acolhimento de crianças e de aulas ao ar livre durante aproximadamente 5 dias e melhorar o acolhimento de crianças nos sítios mais visitados (castelos, museus, produtores caseiros, centros equestres, etc.);
- estão envolvidos formalmente 44 prestadores turísticos num programa de acções com uma duração de 2 anos (Março de 1998 - Março de 2000), que vai desde a organização de diferentes formações até à elaboração de uma carta de qualidade caucionada pelos Ministérios da Educação Nacional e da Juventude e dos Desportos. Cada prestador envolvido neste programa pôde, no âmbito do LEADER, beneficiar das seguintes ajudas financeiras: ajuda para a aquisição de material e equipamentos pedagógicos especificamente destinados às crianças, ajuda ao aconselhamento (acesso a consultoria técnica para melhorar a cenografia, museografia, animação, etc.) e ajuda para a realização de guias de visitas para crianças e de documentos pedagógicos para professores.

Falemos dos professores: por iniciativa do Parque, constituiu-se uma rede de umas vinte instituições que fazem jus ao seu nome "Tête de Pont". Esta rede é, com efeito, uma espécie de "elite avançada" do Parque, aquela que, de facto, devido à função educativa dos seus membros, prepara o futuro do território. E para a "Tête de Pont", o futuro passa pela educação ambiental, mas também pela educação cinematográfica: além do desenvolvimento do eco-turismo para os jovens, "Tête de Pont" encontra-se no cerne de uma outra operação inovadora conduzida em Livradois-Forez: "Cinémôme".

"Cinéparc", "Cinémôme"

Desde 1989, Livradois-Forez dispunha de um projeccionista ambulante que visitava as localidades do Parque. Em 1992, o LEADER I permitiu a criação de uma segunda rede de projecção. Baptizado "Cinéparc", o dispositivo permite que 31 aldeias visualizem de três em três semanas filmes muito recentes (30 em 1999), assegurando 28 000 espectadores por ano no território.

Em 1995, Cinéparc lançou uma operação de divulgação cinematográfica junto das crianças das escolas primárias, denominada "Cinémôme". Para ajudar ao arranque desta acção em boas condições, Cinéparc pediu uma ajuda LEADER II, que serviu, ao mesmo tempo, para o funcionamento da acção e para a compra de uma máquina de projecção e outros equipamentos. O objectivo era propor às crianças das escolas primárias uma selecção de filmes de grande qualidade, acompanhada de documentos que permitam poder estudar o filme na aula com o professor.

Esta operação, inovadora em 1995, foi utilizada por uma operação nacional semelhante lançada no ano seguinte, a operação "A escola vai ao cinema". Cinéparc aderiu então a esta fórmula nacional, que tornou mais simples os alugueres de filmes, assim como a disponibilização de documentos pedagógicos para os professores. No primeiro ano, a operação permitiu que 2 000 alunos de 40 escolas iniciassem a sua aprendizagem cinematográfica.

O objectivo previsto foi ultrapassado e a situação evoluiu rapidamente a partir do ano lectivo 1996-1997, com 3 200 crianças para 78 escolas.

Em 1997-1998, estavam envolvidas 100 escolas com 4 300 crianças e o ano seguinte acusou uma ligeira baixa: 91 escolas e 4 000 crianças. Em 1999-2000, foi criada uma nova operação-piloto: "cinématernelle", destinada às crianças de idade pré-escolar e que funciona segundo o mesmo princípio de Cinémôme. "O nosso desejo, explica Robert Gidon, é que os jovens possam ser acompanhados pelo cinema ao longo da sua escolaridade e instalar verdadeiras 'aulas-imagens', onde o projecto pedagógico seria centrado em torno do cinema." Membro dos "professores primários-LEADER" de "Tête de Pont", Robert Gidon é o delegado do Cinéparc.

Libertar as paisagens

Regresso a Cunlhat, mas não às motos desta vez. Aqui, com o LEADER, o Parque testa acções que respondem ao objectivo central da sua carta: "Oferecer paisagens e um ambiente de qualidade". "Recriar o espaço é a nossa principal preocupação", declara Jean-Luc Monteix, responsável pela operação "Paisagem", experimentada em Cunlhat e nos arredores. Livradois-Forez confronta-se, efectivamente, com a depreciação agrícola e com uma extrema parcelização das terras. Os proprietários têm tendência a arborizá-las, o que tem por consequência que as paisagens "se fecham", "sufocando" algumas aldeias afogadas num oceano de resinosas. Sem mesmo assim poderem escapar, como por todo o lado, às poluições visuais que podem representar uma linha de alta tensão, uma antena para rede de telemóveis ou uma empresa pouco cuidadosa com a aparência estética das suas instalações.

O Parque optou, portanto, por uma abordagem global: "A minha missão, prossegue Jean-Luc Monteix, é reunir todos os intervenientes que têm influência na paisagem e no ambiente arquitectónico: população, actores socioeconómicos, Electricidade de França, operadores de telefones móveis, proprietários de parcelas arborizadas, poderes locais, etc." O LEADER II permitiu que se realizassem, entre 1998 e 2000, diversas acções articuladas segundo três eixos complementares: concepção e arranque de um plano paisagístico de parceria com a Associação de Municípios do Pays de Cunlhat; realização de operações experimentais nos domínios do ordenamento do espaço (integração paisagística de edifícios industriais, melhoria dos alojamentos de ar livre...); sensibilização dos actores locais no domínio da paisagem e do ordenamento.

A realização deste plano serviu de ocasião para apoiar três acções específicas: a edição de um documento de sensibilização às paisagens do Pays de Cunlhat, a organização de "jornadas paisagísticas", fornecimento de assistência e aconselhamento por um arquitecto paisagista. A prazo, a experiência paisagística do Pays de Cunlhat será alargada a outras partes do Parque, enquanto aqui e além são conduzidas em paralelo outras operações globais de sensibilização ligadas à "paisagem construída": no domínio arquitectónico (nova pintura das fachadas segundo uma tradição local que estava quase perdida, reutilização da madeira local na construção ou renovação de edifícios) e no ordenamento das localidades-centro.

Revolução cultural

"Mas existem muitos parâmetros que não controlamos a nível local", lamenta Jacques Fournier quando o questionámos sobre o futuro de Livradois-Forez. "A começar pela necessidade de uma 'revolução cultural' nos serviços do Estado. O LEADER é a animação, que é fundamental, o que todos reconhecem entre os decisores, mas a mensagem ainda não passou por toda a parte... Dito isto, vivemos de facto aqui o fim do mundo camponês. Para retomar a expressão do geógrafo André Fel, passámos do 'demasiado cheio ao demasiado vazio'. Contudo, o nosso território está ainda relativamente vivo, em relação a territórios que, aparentemente, aproveitam melhor que nós as regras do jogo, mas que, dez meses por ano, não têm mais a mostrar do que belas

aldeias vazias, porque são essencialmente compostas por residências secundárias. Pensamos que temos uma carta a jogar: o quadro de vida, a saúde em relação aos produtos, as novas organizações do trabalho - o teletrabalho, as 35 horas - que abrem novas perspectivas.

As redes culturais são também muito importantes: localidades culturalmente activas como Cunlhat - contamos com uma quinzena delas - podem desempenhar o papel de pólos de fixação. Porque a aposta é saber se conseguiremos conter a nova geração e não fazer de Livradois-Forez uma terra de aposentados. Também não podemos ceder à tentação do 'tudo turismo'. A nossa força é a nossa cultura empresarial em múltiplos sectores."

LEADER LIVRADOIS-FOREZ

Superfície do território: 3 220 km²

População: 109 000 habitantes

Financiamento LEADER II: 6 554 000 EUR

UE: 2 684 000 EUR

Outras fontes públicas: 3 087 000 EUR

Privadas: 783 000 EUR

Parc Naturel Régional Livradois-Forez

a/s Eric Cournut, responsable LEADER
Maison du Parc, B.P. 17,
F-63880 Saint-Gervais-sous-Meymont
Tél: +33 4 73 95 57 66
Fax: +33 4 73 95 57 84
E-mail: e.cournut@parc-livradois-forez.org

[1] "Roues Libres". Ver o sítio Web:

<http://www.free-wheels.com/>

[2] Para poder aceder ao título "Parque Natural Regional" outorgado e controlado pelo Estado, os Parques Naturais Regionais elaboram uma "carta" que fixa as grandes orientações da sua acção. A carta é válida por 10 anos. No fim deste período, faz-se uma avaliação dos resultados e uma carta, nova ou revista, é de novo submetida ao Estado, que pode eventualmente retirar a denominação

[3] Segundo a legislação francesa, um empresário é responsável pelos danos ambientais causados pela sua empresa, ainda que seja cedida.

Montaña de Navarra (Espanha) e Livradois-Forez (França): Uma cooperação de longa data no plano metodológico

No domínio da metodologia do desenvolvimento rural, as cooperações directas, estreitas e de longo fôlego entre dois territórios de países diferentes são relativamente raras. Eric Cournut do Parque Natural Livradois-Forez, em Auvergne, e Javier Velázquez, da associação CEDERNA-GARALUR, Montaña de Navarra, explicam todos os pormenores deste processo.

"O programa LEADER I já tinha permitido que os coordenadores e os presidentes nos nossos dois GAL se encontrassem e discutissem em várias ocasiões. Rapidamente sentimos fortes elementos de afinidade entre nós.

- o Parque Livradois-Forez e a zona de intervenção CEDERNA-GARALUR são ambos territórios de montanha, em parte, 'rurais clássicos' (com um forte êxodo dos agricultores, uma fraca população, uma grande riqueza patrimonial) e, em parte, industrializados (uma industrialização antiga e importante em número de empregos e empresas, saber-fazer artesanais e industriais fortes, espírito empreendedor e capacidade de inovação por parte dos empregados e dos dirigentes);
- são ambos territórios vastos onde os grupos LEADER têm por ambição coordenar um programa global de desenvolvimento rural, conduzido no terreno por equipas de agentes de desenvolvimento: temáticas no Parque e em CEDERNA, generalistas em associações de municípios de Livradois-Forez e em 8 'comarcas' da Montaña de Navarra;
- os dois grupos partilham uma mesma filosofia do desenvolvimento local (colocar as pessoas no coração do projecto, apoiar-se em redes, impulsionar iniciativas e acompanhá-las até à sua autonomia, etc.);
- ambos têm a preocupação permanente de manter no território uma equipa de animadores que, embora trabalhem em estruturas diferentes, partilham os mesmos métodos, prosseguem a mesma estratégia e os mesmos objectivos, trocam regularmente opiniões sobre o seu perfil profissional e as suas acções (e nisso, os dois GAL têm sido ajudados pelo mesmo organismo de formação, desde 1995: a Associação para a Formação em Meio Rural de Etcharry, no País Basco francês).

A nossa cooperação assenta, pois, num bom conhecimento entre as duas equipas de animadores que se encontraram por diversas vezes, assim como no intercâmbio de experiências e de métodos. Para isso, julgamos ser necessário:

- uma boa informação mútua sobre as acções conduzidas em cada um dos territórios. Para já, estes intercâmbios têm decorrido por ocasião de encontros sucessivos e através do envio recíproco e sistemático dos documentos

produzidos por cada território. A intenção é criar e actualizar regularmente uma base de dados sobre as acções conduzidas por cada GAL, disponível em espanhol e em francês, e onde a descrição de cada acção é feita pelos próprios animadores;

- cada vez que uma ideia de acção, que um processo ou que um método de trabalho interessa a um ou a vários animadores, a informação é-lhes enviada por Internet, correio ou telefone. Se necessário, os animadores pegam no carro e vão ver "in loco". Assim, um grupo de autarcas de Navarra foi a Livradois-Forez para tentar compreender em pormenor o modo de funcionamento de um Parque Natural Regional, enquanto dois grupos de técnicos trocam regularmente informação sobre métodos e acções no domínio da protecção e valorização do património natural em sítios de grande interesse ambiental (o mais recente destes intercâmbios abrangeu a 'Foz de Lumbier' em Navarra).

Os dois GAL têm em projecto a troca de informação sobre o desenvolvimento do teatro em meio rural, cooperações várias entre duas associações relativamente idênticas de hoteleiros rurais, assim como intercâmbios sobre o modelo de estruturação dos parceiros do turismo num dado território.

Procuramos, de certa forma, fazer nos nossos dois territórios o que o Observatório LEADER faz ao nível da Europa e, sobre as metodologias, poderemos aprender imenso uns com os outros."

•

● **Apoio à inovação, às empresas e ao emprego
na Montaña de Navarra (Espanha)**

Estação de Serviço

*Criada com o LEADER I, a associação
CEDERNA-GARALUR centra a sua intervenção
na criação de actividades e empregos no
domínio dos serviços às empresas, ao
turismo e à produção artesanal.*

Javier Velázquez está um pouco desiludido: o grupo LEADER Ouest-Aveyron acaba de o informar que a crise dos combustíveis impedirá mesmo que a delegação de produtores da zona francesa se desloque a Navarra, para participar no "Mercado de Santiago".

Durante este fim-de-semana de Setembro, cabe realmente à pequena vila de Elizondo, no coração da montanha navarra, acolher este "mercado medieval", que reúne uns quarenta artesãos e garante muitas animações: malabaristas e outros animadores de rua, músicos e dançarinos oriundos da Galiza, mas também concerto de música clássica na igreja local, assim como uma exposição de arte contemporânea sobre o tema da peregrinação a Santiago de Compostela.

Acontecimento cultural multidimensional, ao mesmo título que comercial, este mercado de Elizondo é a quarta e penúltima manifestação do género organizada sobre o tema de Santiago neste ano 2000. Além da "Montaña de Navarra", esta operação envolve três outros territórios LEADER atravessados por um dos Caminhos de Santiago: Aragón, Rioja e Midi-Pyrénées[1]. A mesma fórmula fora já aplicada, com idêntico sucesso, sobre o tema dos "Caminhos da Transumância".

Mais do que a qualidade das animações ou a sumptuosidade das vestimentas medievais que os artesãos envergam na ocasião, a grande originalidade desta fórmula é que estes mercados são fornecidos "com acabamento completo" às autarquias que o desejarem por uma cooperativa de Navarra composta de 8 produtores agro-alimentares: "Napar Bideak" (os Caminhos de Navarra). Com a ajuda do LEADER e de patrocinadores privados para a promoção, esta cooperativa organiza anualmente, desde 1994, quinze "Mercados de Outrora" em outros tantos municípios, assim como quinze "Semanas de Navarra" em diversas grandes superfícies comerciais em Espanha e também em França (Perpignan, Toulouse, etc.).

"Também aqui, é tudo entregue 'com acabamento completo'", afirma Jesús Orduna, presidente de Napar Bideak. "Contrariamente às operações clássicas, do tipo 'Semana da Grã-Bretanha' ou 'Semana de Itália', as grandes superfícies não podem escolher os produtos propostos quando trabalham connosco. Somos nós, Napar Bideak, assim como os trinta artesãos participantes, que controlamos inteiramente a gama que decidimos oferecer e nem se põe sequer a questão de baixar os preços. Para os supermercado participantes, são as animações que organizamos paralelamente ao mercado que produzem o valor acrescentado da operação; nós, os artesãos, vendemos com as nossas margens normais."

Criador de ovelhas e produtor de queijo, Jesús é também conselheiro municipal de um município no Vale de Roncal, nos altos Pirinéus de Navarra, a parte mais isolada da zona LEADER Montaña de Navarra. "Podemos dividir o nosso território de intervenção em dois subconjuntos", indica Javier Velázquez, "responsável de produtos" na associação de desenvolvimento CEDERNA-GARALUR[2]. "A Oeste uma média-montanha navarra, que se abre sobre a costa basca e os Pirinéus atlânticos franceses. Relativamente povoados, os vales desta zona comportam também um determinado número de actividades industriais em vias de modernização. A Este, encontra-se a alta Navarra, pirinaica, muito pouco povoada, que vive quase exclusivamente da criação bovina e ovina, e onde a desertificação é uma ameaça bem real. Os dois subconjuntos partilham, afinal, a mesma identidade e desafios comuns. Trata-se de um vasto território - cerca de 5000 km² - mas cuja dimensão nos permite encontrar as massas críticas necessárias para levar a bom porto todos os nossos projectos."

Balcão único

Criada com o LEADER I em 1991 para revitalizar as zonas montanhosas do Norte de Navarra, a agência de desenvolvimento CEDERNA-GARALUR é o fruto de uma parceria que agrupa 150 autarquias e diversos organismos sectoriais públicos e privados

(câmaras consulares, associações de empresas e cooperativas, intervenientes da economia social, etc.). Verdadeiro "guichet único" ao serviço dos agentes socioeconómicos da montanha, CEDERNA-GARALUR gere diferentes programas de desenvolvimento - regionais, nacionais e europeus - em que o LEADER constitui o seu "núcleo duro" em termos de concepção de projectos e de animação. Além de uma equipa de técnicos sediada em Pamplona, a associação organizou uma rede de 8 agentes de desenvolvimento - um em cada uma das 8 "comarcas" (o equivalente a Concelhos, NdT) que conta a Montaña de Navarra - que operam como 'retransmissores' locais das acções da agência.

"Para além dos investimentos que realizámos um pouco por toda a parte, o LEADER I foi para nós a ocasião de experimentar uma nova maneira de trabalhar -'global' -, a ocasião de mobilizar a população, a ocasião para uma tomada de consciência e de experiência", comenta o director da agência, António Martínez de Bujanda.

"O resultado foi um diagnóstico da situação do território e a elaboração de uma estratégia coerente, a partir das aspirações e das ideias expressas por cerca de 200 actores socioeconómicos da montanha. A era LEADER II corresponde à concretização desta estratégia."

Assente em três grandes objectivos (a diversificação económica a partir dos recursos locais, a criação de emprego e o desenvolvimento dos serviços), a estratégia de CEDERNA-GARALUR declina-se em torno de seis eixos "verticais": a inovação rural (tendo como primeiro instrumento o LEADER), o apoio às novas empresas, o desenvolvimento das empresas existentes, o apoio a actividades iniciadas por certas categorias da população, a difusão das tecnologias avançadas de comunicação e a criação de redes de cooperação entre produtores. "Três objectivos 'horizontais' transcendem este processo, acrescenta António: o ambiente, a cultura e as novas tecnologias no sentido lato. Mas a nossa estratégia foi-se aperfeiçoando constantemente desde 1995: por exemplo, passámos do emprego em geral ao emprego a favor das mulheres e dos jovens, da criação de actividades no sentido lato à criação de actividades em serviços (económicos, culturais, turísticas, ambientais)... Do mesmo modo, os princípios do LEADER II envolveram muitos projectos individuais, enquanto nestes últimos anos apoiámos sobretudo operações colectivas e reforçámos as redes. Procuramos agora adaptar esta estratégia mais voltada às particularidades de cada 'comarca'. Imaginem só que na vertente pirinaica, por exemplo, os autarcas são os únicos actores com que podemos contar..."

Redes em círculos

O turismo é o domínio onde o trabalho em rede foi mais precoce. "O sector desenvolve-se, mas ainda é penalizado devido a uma concentração da afluência num período estival muito curto - seis curtas semanas - e nos fins de semana" explica Iñaki Olaiz, director da associação "Hoteles Rurales de Navarra" que reúne 20 hoteleiros-proprietários de restaurantes. "Estimamos que nos faltam 50 dias para realmente assegurarmos uma actividade rentável. Para os encontrar, contamos com o mercado estrangeiro, porque os

espanhóis consideram-nos um pouco caros: nesta região espera-se que o turismo rural seja automaticamente barato. A qualidade ainda não é recompensada pelo seu justo preço e sofremos a concorrência de produtos de baixa gama ou fortemente subsidiados. Os profissionais como nós têm dificuldades em continuar..." Iniciada com o LEADER em 1993, a associação tem efectivamente dedicado muito do seu esforço à qualidade (formações para o acolhimento, elaboração de uma carta, etc.) e trabalha agora intensamente na organização de uma oferta adaptada aos operadores turísticos, enquanto vai enriquecendo o seu sítio Internet (www.hotelesruralesnavarra.es) que se encontra já na origem de metade das reservas, segundo Iñaki.

Tal como o agrupamento dos proprietários de casas rústicas, a associação dos hoteleiros não tardou a juntar-se ao "segundo círculo" do dispositivo instalado na Montanha de Navarra para organizar o turismo: o "consórcio". Trata-se de uma estrutura que associa operadores privados e parceiros públicos (essencialmente, autarquias). O primeiro dos cinco consórcios turísticos hoje operacionais em Navarra nasceu em torno de Bértiz, sítio do primeiro Parque Natural Regional de Navarra, no nordeste da Montanha, em 1992. Dado o apoio do LEADER a acções de promoção e de formação, este consórcio conseguiu reunir 19 autarquias e 8 associações profissionais de prestadores turísticos (proprietários de casas rústicas e de parques de campismo, hoteleiros, proprietários de restaurantes e de cafés, comerciantes, agentes culturais, etc.).

Dois anos mais tarde, constituiu-se o consórcio "Plazaola", no centro da Montanha, e depois um terceiro, "Pirineo Navarro", na parte pirinaica, representando 37 autarquias, 3 Conselhos do Vale e 150 empresas turísticas.

"Os consórcios têm objectivos comuns mas cada um tem também as suas especificidades", precisa Maitena Ezkutari, directora do consórcio Plazaola que associa 35 autarquias e uma centena de prestadores privados. "Assim, a nossa acção mais 'agregadora' consiste em recuperar para fins turísticos o traçado da antiga via férrea Pamplona-San Sebastian. Foi necessário convencer e mobilizar muitos intervenientes, proceder a expropriações e efectuar muitas outras diligências para que esta 'Rota Verde' visse a luz do dia." O primeiro troço (7 km) foi inaugurado nesta Primavera, a partir da antiga estação ferroviária de Lekunberri (800 hab.), restaurada e reconvertida em centro de interpretação da Montanha em 1998. Este local de partida da Rota Verde alberga também a sede do consórcio Plazaola, um gabinete do turismo de Navarra, assim como o pólo local de CEDERNA-GARALUR, e conta com a presença de um agente de desenvolvimento, assim como de um responsável pela orientação profissional.

As diferentes actividades do Consórcio Turístico de Plazaola servem para ilustrar o campo de acção dos consórcios turísticos navarros: valorização de sítios ambientais notáveis (tais como a floresta de Orgi, onde Richard Lester rodou em 1976 o seu filme "Robin and Marion", de antigos sítios industriais (as forjas e os moinhos de Ferreria de Betelu, por exemplo), ordenamento de uma área de lazer, sinalização de percursos pedestres, realização de um diaporama, produção de guias topográficos, etc.

Com um orçamento, para o ano 2000, de 2,7 milhões de euros, assegurados em cerca de metade pelo governo de Navarra, o consórcio Plazaola está representado - ao lado dos dois outros consórcios da zona LEADER, da associação dos hoteleiros rurais e de CEDERNA-GARALUR - no seio da "Mesa de Turismo de Navarra", "terceiro círculo" ou rede, cujo objectivo é promover a Montanha como destino turístico. Esta iniciativa já

foi recompensada: o governo espanhol atribuiu recentemente a sua marca própria à Montaña de Navarra, entre apenas seis destinos turísticos espanhóis. "Somos o único destino turístico 'rural' com marca", assinala Iñaki Olaiz. "É um reconhecimento do nosso trabalho. Em termos de trabalho sobre a qualidade, Madrid considerou que tínhamos vantagem sobre os outros territórios."

Como sublinha Javier Velázquez, CEDERNA-GARALUR "impulsiona, coordena e harmoniza" este trabalho colectivo em círculos e em redes, fornecendo acompanhamento e assistência técnica aos projectos, criando mesmo "serviços" permanentes. A agência está agora a lançar três centros de serviços às empresas, um em cada uma das três grandes depressões da Montaña de Navarra.

O "Centro de serviços às empresas de Sakana" acaba de abrir em Arbizu (2 000 hab.) no eixo rodoviário de Vitória ao País Basco. Aqui, foi o programa de reconversão das zonas siderúrgicas RESIDER que serviu de motor, em 1995. Com a assistência técnica de CEDERNA-GARALUR, a autarquia de Arbizu, afectada com o encerramento de uma siderurgia, lançou em 1997 uma estrutura de serviços às empresas com abertura prevista para Setembro de 2000. Instalado na zona de serviços municipais, o centro acolhe sob o mesmo tecto vários gabinetes de apoio a empresas em início de actividade, serviços administrativos partilhados, salas de formação e de conferência, etc. Uma grande parte dos equipamentos foi financiado pelo LEADER e CEDERNA-GARALUR, que foi encarregada pela autarquia de gerir a estrutura, instalou aí uma antena de aconselhamento, assim como um centro de orientação e de emprego, como o que existe em Lekunberri.

Um centro idêntico foi instalado em Lesaka, outra localidade elegível ao RESIDER, enquanto um terceiro abrirá dentro em breve em Salazar, na parte pirinaica. As três estruturas inserem-se na "Rede de Serviços da Montaña de Navarra", onde um dos grandes atractivos é o "Telecentro Biaizpe", centro de serviços telemáticos situado, como o seu nome basco indica, à entrada do desfiladeiro de Biaizpe ("as duas irmãs"), em Irurtzun (2 500 hab.), na estrada de Irun.

Tele-serviços

Consciente de que a modernização do tecido económico da Montaña passa pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), CEDERNA-GARALUR organizou, com o LEADER I entre 1992 e 1994, uma campanha de sensibilização dos autarcas, propondo-lhes incluir os NTIC como elemento "transversal" de todas as suas acções de desenvolvimento. Em 1994 e 1997, o grupo de acção local conduziu alguns projectos telemáticos isolados: realização do próprio sítio Web, gestão da versão espanhola de LEADERNET[3], construção do sítio Web turístico da Montaña de Navarra, informatização do Carrefour de Navarra[4], formação de 40 mulheres em teletrabalho (9 das quais exercem actualmente esta actividade a título profissional) e criação de um serviço de "tele-biblioteca" (consulta e encomenda de livros à distância) em 30 aldeias isoladas.

"Estas acções ensinaram-nos que, se quisermos desenvolver as tecnologias da informação de maneira duradoura, necessitamos de um ponto de referência, um centro de acompanhamento permanente", afirma Marta Mañas, coordenadora do Telecentro Biaizpe, para explicar a decisão de criar esta estrutura. Lançado por CEDERNA-GARALUR com a ajuda de diversos parceiros, que vão do Governo de Navarra a uma caixa económica regional, o telecentro prossegue dois objectivos prioritários: "criar empregos nos serviços para mulheres e jovens qualificados, com poucas oportunidades de emprego em meio rural; prestar serviços aos particulares e às empresas em zonas de montanha, tudo graças à telemática."

Destinado ao conjunto das populações e empresas da montanha, o Telecentro Biaizpe (www.biaizpe.net) assegura seis funções: é um centro de recursos informáticos partilhados (computadores, impressoras, Internet, etc. acessíveis a todos), um centro de divulgação das NTIC junto das empresas (diagnóstico do equipamento informático, acompanhamento adaptado às necessidades da empresa, etc.), viveiro "virtual" (ajuda em linha) de 9 empresas de serviços, um centro de tele-serviços (construção e manutenção de sítios Web), um centro de formação (parque móvel de 15 computadores, que permite a organização de formações itinerantes nas aldeias), assim como um centro de aconselhamento em matéria de tecnologias de informação.

"São os agentes de desenvolvimento sediados nas oito 'comarcas' que nos fazem chegar os pedidos", explica José Javier Carte, coordenador de projectos. "Desde 1997, 440 particulares e 260 empregados de quarenta empresas beneficiaram de um ou outro destes serviços. 20 empresas beneficiaram neste ano de um diagnóstico de equipamento. No que diz respeito aos tele-serviços que fornecemos directamente, conduzimos até à data 52 projectos multimédia, entre eles a realização de trinta sítios Web para autarquias e uma dezena para empresas privadas, nomeadamente o jornal regional 'Diário de Navarra'." Dependendo de CEDERNA-GARALUR, o telecentro é gerido por José Javier e Marta, no âmbito de uma sociedade privada que emprega 8 pessoas a tempo inteiro (programadores, redactores, gráficos) e ainda uma carteira de colaboradores externos. Com o LEADER, que co-financiou os seus equipamentos, o telecentro lançou-se recentemente num projecto-piloto: a realização de módulos pedagógicos sobre o património natural e cultural, destinados aos alunos de 8 a 12 anos. A acção prolonga-se, no âmbito da Medida C do LEADER[5], através de uma cooperação que implica os grupos Noroeste de Múrcia e Prepirineo, em Espanha, e Puysaye e Avranchin, em França. "Um exemplo manifesto das boas relações actuais de CEDERNA-GARALUR com as instituições regionais de Navarra, após as dificuldades dos primeiros anos", refere Javier Velázquez. "O Telecentro materializa, de certo modo, tudo o que procuramos pôr em prática - redes locais densas, apoiadas em pólos de serviços - e, o que é notável, é que a Região Navarra, na sua política de desenvolvimento, assumiu estes mesmos princípios, iniciados e desenvolvidos graças ao LEADER."

LEADER MONTAÑA DE NAVARRA

Superfície do território: 4 863 km²

População: 75 291 habitantes

Financiamento LEADER II: 9 490 000 EUR

UE: 2 540 000 EUR

Outros fundos públicos: 2 390 000 EUR
Privado: 4 560 000 EUR

CEDERNA-GARALUR Elkartea

Asociación Centro de Desarrollo
Rural de Navarra
A/a. Antonio Martínez de Bujanda, Gerente
C / Sandoval, 4 Bajo,
E-31002 Pamplona (Navarra)
Tel: +34 948 20 66 97
Fax: +34 948 21 10 51
E-mail: cederna-garalur@cin.es
Web: <http://www.cederna.es>

[1] Os territórios LEADER La Rioja, Prépirinéu
(Aragão) e Ouest-Aveyron (Midi-Pyrénées).

[2] CEDERNA: "CEntro de DEsarrollo Rural
de NAvarra"; GARALUR: palavra a palavra, "desenvolvimento da
terra" em basco, língua muito falada na
Montanha de Navarra.

[3] Rede telemática europeia do do programa
LEADER I, substituída por "Rural Europe"
(www.rural-europe.aeidl.be) em 1995.

[4] CEDERNA-GARALUR gere também o "Carrefour Navarra",
uma das 114 estruturas membros da rede Europeia dos
"Carrefours de informação e de animação rurais"
dependente da DG Comunicação da Comissão Europeia
(<http://ec.europa.eu/dg10/relays/fr/rural.htm>).

[5] A Medida C do LEADER, que abrange a
cooperação transnacional, é financiada pelas
autoridades nacionais ou regionais (aqui,
a Comunidade Foral de Navarra).

● **O LEADER em acção(ões) na região de Umeå (Suécia)**

Geminar cidade e campo

*Como o seu nome indica, o grupo LEADER
Stad och Land - Hand i Hand
("Cidade e campo de mãos dadas") baseia
a sua intervenção nas sinergias cidade-campo.
A influência da Universidade de Umeå e a
qualidade de vida que oferece o meio rural
em torno da capital do norte da Suécia
constituem os dois pilares de uma estratégia
que, em três anos apenas, soube enraizar-se solidamente.*

A semelhança do nome do grupo de acção local que coordena ("Stad och Land - Hand i Hand" / "Cidade e campo de mãos dadas"), Ulrika Lundin vai directa ao assunto: para ela, qualquer visita "técnica" à zona LEADER deve imperativamente começar pela Universidade de Umeå: "Procuramos conjugar qualidade de educação, qualidade de vida e desenvolvimento", proclama. "A presença de uma universidade importante, a quarenta e cinco minutos de uma qualquer aldeia da zona de intervenção, é um trunfo que devemos valorizar."

Capital do condado de Västerbotten, mas também a maior cidade do norte da Suécia (104 000 hab.), Umeå é a sede de uma universidade com 24 000 estudantes. "A universidade está em grande parte na origem da expansão da cidade desde há já vários anos", afirma Stefan Lybeck, responsável pelas relações públicas desta instituição. "O pólo intelectual que ela constitui atrai indústrias de alta tecnologia e uma mão-de-obra muito qualificada, tendo por consequência que Umeå ganha todos os anos um milhar de habitantes, mas não à custa das zonas rurais que a circundam." Stefan recorda as três missões da Universidade de Umeå: "O ensino, a investigação, mas também o diálogo com a sociedade, o que chamamos em Sueco de 'samverka'. Decidimos desenvolver mais este terceiro pilar. Está a ser construído um edifício exclusivamente destinado a esta missão e nós saímos da nossa 'torre de marfim', organizando cada vez mais encontros e acções conjuntas com os actores do meio que nos circunda. Neste aspecto, o grupo LEADER é um parceiro a privilegiar."

Parceria

Operacional desde 1997, o grupo LEADER Stad och Land - Hand i Hand intervém no território de seis vastos municípios ("Kommunen"), incluindo o de Umeå nas suas áreas mais rurais. Dois destes municípios situavam-se em região de Objectivo 6 (zonas nórdicas de baixa densidade populacional) e quatro em Objectivo 5b (zonas rurais frágeis). Todas estas zonas são actualmente elegíveis ao Objectivo 1 para o período 2000-2006.

O grupo de acção local (GAL) é liderado por um conselho de administração (C.A.) composto por 22 membros, que representam os sectores público (os seis municípios e o condado de Västerbotten), privado, cooperativo e associativo. "É a primeira vez que os

seis municípios trabalham verdadeiramente em conjunto. Em matéria de parcerias, o LEADER constituiu uma pequena revolução", afirma Margareta Rönngren, presidente do GAL e vereadora municipal em Umeå. "Inicialmente, a autarquia de Umeå não estava verdadeiramente interessada no programa e os outros municípios viam a cidade como uma ameaça.

Hoje, ao terminar o LEADER II, constata-se que 17 projectos em 103 foram realizados no município de Umeå, enquanto que o trabalho efectuado ao longo de três anos diminuiu consideravelmente a desconfiança que as autarquias inteiramente rurais sentiam face à 'grande cidade' e aos efeitos desta sobre os seus territórios."

Ulrika Lundin insiste no papel determinante do conselho de administração do grupo LEADER nesta evolução de mentalidades, sublinhando a participação activa de cada membro do conselho: "O C.A. encarna totalmente o grupo de acção local. Não se limita a sentar-se e seleccionar os projectos 'ex cathedra': cada um dos seus membros apadrinha um determinado número de projectos. Estes são então acompanhados pela nossa equipa técnica - três agentes de desenvolvimento e eu própria - e por um membro do C.A., que serve, digamos, de anjo da guarda, ao fazer com que o portador do projecto beneficie das suas competências e das suas redes de relações."

O turismo: universidade e proximidade

Stig Wahlberg é um destes "anjos da guarda". No seio do C.A., ocupa-se do sector turístico privado. Neste território de lagos e de ribeiras, e que é ainda costeiro, este sector é um eixo de desenvolvimento "natural" em grande medida ainda por explorar. Existem aqui 43 projectos LEADER. Stig também acredita no formidável potencial que a universidade representa para a zona LEADER em termos de turismo e de lazer: "é preciso utilizar todas as dimensões da universidade, declara, os estudantes, os professores, os investigadores, os saberes, os recursos, etc. Reunimo-nos com os dirigentes estudantis e convidámos representantes da universidade para o nosso C.A. Viram o que nós fazemos e apresentaram-nos o seu plano de abertura sobre o conjunto da região, reconhecendo que não tinham ainda feito o suficiente. Mas somos nós que devemos tomar a iniciativa, mesmo que exista uma vontade cada vez mais manifesta por parte da universidade."

Pondo em prática as suas convicções, Stig já tinha tomado a iniciativa há alguns anos: deslocou-se à faculdade de química médica e convidou investigadores chineses e russos para uma excursão na zona LEADER. Programa: visita a sítios naturais notáveis e atracções culturais, moto-neve e churrasco na floresta. "Disseram-me depois que não se falou de outra coisa durante 15 dias!", recorda Stig. "Esta experiência pessoal, talvez um pouco anedótica, convenceu-nos de que a universidade precisava dos recursos do meio rural para atrair os professores e investigadores convidados, congressistas, etc. Uma clientela estimada em mais de 100 000 pessoas por ano."

A experiência de Stig Wahlberg foi de certa forma reproduzida em muito maior escala no âmbito da acção LEADER denominada "Fórum das competências para o turismo

rural". Foram organizados na zona LEADER dois "safaris" (sic), que reuniram 138 decisores locais e profissionais do turismo, a fim de os sensibilizar aos trunfos e à qualidade de vida do território.

"A operação inseria-se nos objectivos muito mais amplos do Fórum", explica Helen Bygdemark, responsável pelo projecto: "desenvolver as empresas turísticas a partir de três eixos: instalar em rede os operadores turísticos, formar os candidatos operadores e 'vender' o território como espaço turístico, de lazer e de seminários." Apoiada pelo LEADER, a acção permitiu a organização de formações em marketing e viagens de estudo, a realização de um guia e, sobretudo, insiste Helen, "a instalação sustentável de uma rede de actores turísticos que aproximou consideravelmente funcionários e prestadores turísticos privados, o que não era antes evidente."

Este processo já se concretizou no litoral, onde 40 aldeias participam na "Kustleden". Trata-se de associar as atracções turísticas e culturais situadas ao longo da antiga rota costeira ("Kustleden") de Västerbotten, num percurso de 150 km. Em 1998, a associação dos aldeãos de Norrbyn (300 hab.) solicitou uma ajuda LEADER de 45 000 euros para realizar o projecto.

Organizaram-se reuniões em cada aldeia, onde se constituíram grupos de trabalho para inventariar os trunfos, atracções, manifestações culturais e empresas turísticas locais. "Isto representou pelo menos 2 500 horas de trabalho voluntário", precisa Hans Bäärnhielm, que coordena o projecto. Kustleden tornou-se assim um produto turístico como qualquer outro, desde o Verão de 1999, apoiado em ordenamentos de sítios, uma sigla e uma brochura que apresenta o percurso, moradas importantes e as datas de acontecimentos pontuais a não perder. De referir que a rota costeira é desdobrada por uma via marítima, pois os donos de barcos de recreio representam outra clientela importante.

"O ano 2000 assistiu a um grande aumento de afluência", afirma Hans, que também considera que se trata, antes de mais, de uma clientela de proximidade, incluindo a universitária. "É notável, até porque a valorização das atracções está longe de estar terminada: nem todas as aldeias trabalharam ao mesmo ritmo. Aliás, nota-se que quanto mais nos aproximamos de Umeå, mais difícil se torna mobilizar as pessoas..."

Produtos locais: dois meios fracassos

Mobilizar: palavra-chave, quer se fale dos cidadãos em geral ou dos empresários. Se o objectivo de mobilizar estes últimos foi atingido no turismo, o grupo LEADER reconhece dois revezes no sector dos produtos locais. "Não temos tradição agro-alimentar forte e os produtores são muito individualistas", explica Birgitta Strandman, que produz deliciosas compotas de framboesas selvagens do Ártico. "Os 'grandes' produtores têm os seus próprios mercados e os 'pequenos' estão pouco interessados em produzir em quantidade..."

Em Junho de 1997, um pequeno grupo de produtores de Västerbotten realizou um estudo de mercado sobre a eventual abertura de uma loja de produtos locais em Umeå. O estudo concluiu pela viabilidade do projecto, desde que oferecesse uma larga gama de produtos. 10 produtores estavam preparados para investir o seu próprio dinheiro e uma ajuda LEADER de 45 000 euros ajudou a convencer outros 15. Os 25 associados, dos quais 22 eram mulheres, constituíram-se em sociedade, elaboraram um plano de actividades, firmaram acordos com produtores de lacticínios para a venda de produtos frescos, encontraram um local no centro da cidade e contrataram uma vendedora, mas a loja não "descolará". Abriu em Setembro de 1999, mas em Março de 2000 foi necessário fechar a porta.

Birgitta avança uma explicação: "Não investimos o suficiente em equipamento, e assim tudo caía em cima das mesmas pessoas e não fomos acompanhados pela centena de produtores agro-alimentares do condado. A falta de motivação foi fatal..." E acrescenta: "mas nós aprendemos muito e não desistimos: é impossível que uma cidade como Umeå não possa suportar este género de comércio..."

A falta de motivação e de perseverança foi também parcialmente a causa do encerramento da empresa de pratos preparados, lançada em Maio de 1997 em Stenfors, a 50 km a leste de Umeå. Aqui foi a comercialização que não funcionou: "O fabrico não representava qualquer problema", afirma Anniqa Nygård, que participou no projecto. "Dispúnhamos de uma cozinha toda equipada, financiada no âmbito do programa 5b. Mas não tínhamos pessoal nem recursos marketing e não conseguíamos responder à necessidade de produzir grandes volumes para satisfazer as grandes superfícies comerciais. Como alternativa, tentámos a clientela estudante mas sem sucesso: éramos muito caros para este mercado."

Desde Maio de 2000, data do encerramento, a cozinha é partilhada - mas a tempo inteiro - por produtores individuais. Os produtos são geralmente inovadores: soda à base de folhas de bétula, cogumelos japoneses shiitake... De facto, estas instalações agro-alimentares encontram-se no centro de um verdadeiro "complexo turístico rural", instalado à beira da rota costeira, numa antiga quinta que pertence à Sociedade Sueca de Economia Rural e Agricultura[1]. E o local parece florescer, a julgar pelo número de autocarros que aqui chegam: além de um pequeno espaço botânico financiado pelo LEADER, os viajantes podem adquirir produtos locais, visitar um antiquário e tomar uma refeição em casa da Anniqa que também tem uma hospedaria. O conjunto das infra-estruturas é gerido numa base cooperativa, mas cada empresário "desenvolve o seu próprio negócio". "Este fracasso só envolveu a empresa culinária colectiva", realça Ulrika Lundin. "Para o resto, tudo caminha muito bem. Os produtores agro-alimentares acabarão por compreender as vantagens de se agruparem... Aliás, o LEADER é um 'laboratório' e nem todas as experiências podem ser bem sucedidas..."

Land och Land - Hand I Hand

A experiência da loja de Umeå e da cozinha colectiva de Stenfors ensinou-nos pelo menos uma coisa: conquistar a cidade não é coisa fácil. E se a verdadeira solução estiver

no próprio mundo rural? Todos os projectos conduzidos "in loco", nas zonas mais rurais, por Stad och Land têm sido muito bem sucedidos até aqui. Tomemos o exemplo das 15 aldeias e montes de Hjoggsjö, no município de Vännäs: dotaram-se, em 1998, de um telecentro, para, segundo os responsáveis da operação Lena Carneland e Victoria Jansson, "ocupar as crianças e manter aqui os jovens, iniciar os habitantes na telemática e transformar o máximo de 'navegadores' (Umeå fica só a 40') em teletrabalhadores."

O LEADER atribuiu cerca de 30 000 euros ao projecto para a formação, a animação e os computadores. Uma espécie de "cibercafé", local de formação e de encontro, o telecentro dos "Dragões de Hjoggsjö", como gostam de lhes chamar os locais, funciona 365 dias por ano, sendo utilizado durante o dia por pessoas de idade e crianças e à noite por adolescentes.

Do ponto de vista económico, dez ambulantes transformaram-se de facto em teletrabalhadores e a acção permitiu a criação de pelo menos duas novas empresas que criaram mais emprego. "O projecto está bem enraizado e pode funcionar sem ajuda externa", afirma Lena, que criou uma empresa de formação em informática especialmente adaptada às mulheres. "Tornou-se num modelo para muitas outras aldeias, porque associa três elementos vitais para as pessoas: formação, trabalho e vida social."

Uma centena de voluntários dedicam uma parte do seu tempo livre a renovar uma antiga escola, cuja dimensão permitirá acolher em breve o telecentro, uma sala de banquetes, uma galeria de arte e um clube de jovens.

A reconversão de antigos edifícios públicos desactivados constitui para o grupo LEADER simultaneamente um desafio e uma mina de projectos. O exemplo mais impressionante encontra-se certamente em Hällnäs (400 hab.) no município de Vindeln. Construído em 1926 num espaço magnífico de 80 ha, o sanatório de Hällnäs era um dos maiores da Suécia, acolhendo mais de um milhar de pessoas entre pacientes e empregados. Foi encerrado pela primeira vez em 1970, tornou-se num hospital em 1987 e fechou definitivamente as portas em 1990. "Convertemos então os terrenos em parque municipal, mas não sabíamos o que fazer com os edifícios gigantescos", recorda Kenneth Sahlén, vereador municipal e um dos representantes do sector associativo no seio do GAL. "Sentámos então todos os nossos principais actores locais em torno de uma mesa e criámos um grupo de reflexão. Tratava-se de encontrar alguém que pusesse este sítio ao serviço do desenvolvimento. Démo-nos um ano para encontrar a solução. O prazo foi fixado no final de 1998, mas Lennart chegou em Maio. Devo dizer que teve para nós o mesmo efeito que a chegada do LEADER!"

"Lennart" é Lennart Nyberg, um empresário da construção de Estocolmo, que desejava instalar-se em meio rural. Aceitou as condições fixadas pela autarquia - desenvolver no local um espaço para a criação de actividades económicas e empregos -, adquiriu os edifícios por uma soma relativamente simbólica de 120 000 euros ("muito menos do que a factura anual do aquecimento!"), afirma ele) e investiu em equipamento.

O antigo sanatório foi convertido da seguinte forma: um hotel de 100 camas, aberto todo o ano (5 000 dormidas em 1999), 40 apartamentos (35 dos quais já estão alugados), 7 salas de conferências, uma cozinha industrial que fornece pratos preparados para empresas de Vindeln, e vários milhares de m2 de espaços comerciais arrendados a

PME, sendo três delas activas em sectores de alta tecnologia (robótica e informática). Além dos quarenta empregos representados pelas 10 sociedades locatárias, a empresa de Lennart emprega 9 pessoas (em breve 20, quando os dois principais projectos se concretizarem, em 2001: o acolhimento de estadias-pacote de uma semana, organizadas por uma sociedade ferroviária sueca, e a instalação de um "budaborg", jogo recentemente inventado na Suécia, que consiste em viver "de verdade" os jogos virtuais praticados no computador, uma inovação absoluta).

Regresso à Universidade de Umeå. Esta realizou um estudo sobre o impacto do LEADER na região. O estudo concluiu nomeadamente que, se o objectivo de otimizar as sinergias entre cidade e campo ainda não foi atingido, o programa permitiu, em menos de três anos, criar, em meio rural, 24 novas empresas e o equivalente a tempo inteiro de 50 empregos permanentes, a um custo de 125 000 euros por emprego, enquanto o custo médio de um emprego na Suécia é de cerca de 190 000 euros.

"Aceitámos todas as conclusões do estudo, mesmo as mais críticas, precisa Ulrika Lundin, mas os verdadeiros resultados do LEADER são antes de mais qualitativos e imateriais: o LEADER II permitiu-nos de certa forma preparar o terreno. Os urbanos mais cépticos estão agora convencidos do interesse do desenvolvimento rural e, do lado dos rurais, os actores locais tomaram consciência das suas forças e estão preparados para passar à velocidade superior.."

LEADER STAD OCH LAND - HAND I HAND

Superfície do território:	7 402 km ²
População:	33 849 habitantes

Financiamento LEADER II:	5 870 000 EUR
UE:	980 000 EUR
Outros fundos públicos:	2 300 000 EUR
Privado:	2 590 000 EUR

Stad och Land - Hand i Hand LAG

c/o Ulrika Lundin
Holms gård, Box 40
S-922 21 Vindeln
Tél: +46 933 142 13
Fax: +46 933 142 05
E-mail: ulrika.lundin@vindeln.se

[1] "HushållingsSällskapen", fundada em 1791 na ilha de Gotland e presente desde 1850 em todos os condados suecos. É dotada de fundos para missões de apoio às empresas agrícolas e rurais,

sensibilização do consumidor para a qualidade
da sua alimentação e, mais recentemente,
a fim de contribuir para a protecção do ambiente.